

Claudia Maria de Alvarenga Dantas

**AVALIAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE NO COLÉGIO PEDRO II À LUZ  
DA PORTARIA N° 1.200/96**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,  
como requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Avaliação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Sá Earp de Mello e Silva

Rio de Janeiro  
2015

D192a Dantas, Claudia Maria de Alvarenga.  
Avaliação do Conselho de Classe no Colégio  
Pedro II à luz da Portaria nº 1.200/96 / Claudia Maria  
de Alvarenga Dantas. - 2015.  
65 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Sá Earp de  
Mello e Silva.

Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) -  
Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

Bibliografia: f. 57-59.

1. Portaria - Colégio Pedro II – Avaliação.
2. Regulamentação de Conselho de Classe -  
Avaliação. I. Silva, Maria de Lourdes Sá Earp de  
Mello. II. Título.

CDD 355.007

Ficha catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB7/6298)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

CLAUDIA MARIA DE ALVARENGA DANTAS

**AVALIAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE NO COLÉGIO PEDRO II À LUZ DA  
PORTARIA Nº 1.200/96**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Aprovado em 19 de março de 2015

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria de Lourdes Sá Earp*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. MARIA DE LOURDES SÁ EARP DE MELLO E SILVA  
Fundação Cesgranrio

*Ligia Gomes Elliot*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. LIGIA GOMES ELLIOT  
Fundação Cesgranrio

*Denise Maria Mano Pessoa*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. DENISE MARIA MANO PESSOA  
Colégio Pedro II

“Viver é melhor que sonhar”.  
(BELCHIOR, 1976)

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Maria de Lourdes Sá Earp de Mello e Silva, pela sua experiência e dedicação auxiliando em meu crescimento pessoal e profissional.

À Professora Doutora Ligia Gomes Elliot, pela dedicação, carinho, gentileza, os inúmeros “lampejos” que tanto contribuíram para a dissertação bem como a disponibilidade por participar na Banca Examinadora.

À Professora Doutora Denise Maria Mano Pessoa, pela participação na banca examinadora possibilitando um reencontro, mais uma vez, numa etapa fundamental da minha vida.

Aos Professores Doutores Lígia Silva Leite e Glauco da Silva Aguiar, por todo incentivo, receptividade, além dos preciosos ensinamentos.

Aos funcionários da Secretaria Nilma Gonçalves Cavalcante e Valmir Marques de Paiva, e da Biblioteca Alessandra Hermógenes Rodrigues, Anna Karla Souza da Silva, pela contribuição em momentos decisivos deste trabalho.

Aos meus colegas da turma 2013, pelas trocas enriquecedoras e o agradável convívio. Em especial, às amigas Ana Cristina Rosado e Ana Carolina Oliveira pela parceria, carinho e amizade durante todo o curso de Mestrado.

Ao Colégio Pedro II, por permitir a viabilização desta avaliação. Especialmente à Ana Maria Moreira Fragoso e Carmen Luísa Bittencourt de Andrade da Costa pelo apoio e incentivo nos momentos difíceis e a Antônio Carlos Mattar Villela por seus comentários enriquecedores.

Aos colegas, professores e alunos do Colégio Pedro II pela oportunidade de convivência e pela participação na construção desta dissertação.

Ao meu marido Inácio e minha filha Carolina pela compreensão nos momentos de ausência, dedicados ao Mestrado.

Aos meus pais, Maria Antonia de Alvarenga Dantas e Joel Dantas Filho, por me ensinarem que Educação é importante.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar se no julgamento dos membros efetivos, o Conselho de Classe, do Colégio Pedro II está condizente com as determinações normativas descritas na Portaria nº 1.200 (BRASIL,1996), que institui o Conselho de Classe como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem do Colégio Pedro II. Para a efetivação do estudo foi realizada uma avaliação formativa com abordagem centrada nos participantes que utilizou como instrumento para coleta de dados um questionário estruturado. A avaliação focalizou o Campus Humaitá II, junto aos membros efetivos do Conselho de Classe do Colégio Pedro II, a saber: Direção, Setor de Supervisão e Orientação Educacional, professores regentes, alunos representantes de acordo com a estrutura escolar desejável indicada na Portaria nº1.200/ 96. As séries escolares selecionadas para o estudo foram os anos de transição de um seguimento escolar ao outro, o 6º Ano e a 1ª Série do Ensino Médio, no Campus Humaitá II. Na opinião da maioria dos respondentes, pode-se concluir que existe concordância que o Conselho de Classe, do Colégio Pedro II orienta o professor na avaliação permanente de cada aluno, mas encontra-se com deficiências e precariedades, necessitando ajustes em alguns pontos como oportunizar a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem, otimizar o debate sobre o aproveitamento global e individualizado das turmas, incrementar o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e aprimorar a assistência específica oferecida ao aluno.

Palavras chave: Avaliação. Conselho de Classe. Colégio Pedro II.

## **ABSTRACT**

This study aimed to evaluate if in the judgment of the permanent members, the Class Council, of the Pedro II School is consistent with the normative determinations described in Ordinance No. 1200, establishing the Class Council as part of the Pedro II School's teaching and learning process. The study adopted a formative evaluation, based on participant-oriented approach, and used a structured questionnaire as tool for data collection. The assessment focused on the Humaita II Campus, together with the permanent members of Pedro II School's Class Council, namely: Director, Supervision and Educational Guidance Sector (SESOP), school teachers, students' representatives in compliance with the desired school structure shown in Ordinance No. 1200 / 96. The school grades selected for the study were the years of transition from one school to another follow-up, the sixth year and first grade of high school, of the Humaita II Campus. In the opinion of most respondents, it can be concluded that there is an agreement that the Pedro II School's Class Council guides the teacher in the ongoing assessment of each student. However, it shows disabilities and precariousness requiring adjustments at some points to create opportunities for reflection on the teaching-learning process, optimize the debate on global and individualized use of classes, boost the enhancement of pedagogical work and improve the specific assistance offered to the student.

Keywords: Assessment. Class Council. Pedro II School.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Categorias, indicadores e questões dos instrumentos.....	32
Quadro 2	Distribuição dos itens do questionário referentes à Direção/SESOP e Professores.....	35
Quadro 3	Distribuição dos itens do questionário referentes aos Alunos Representantes.....	36
Gráfico 1	Distribuição dos grupos da Direção/SESOP e Professores, por faixa etária.....	40
Gráfico 2	Distribuição dos alunos, por faixa etária.....	40
Gráfico 3	Distribuição dos respondentes Direção/SESOP e Professores, por tempo de experiência profissional.....	41
Gráfico 4	Distribuição do grupo de alunos por tempo em que estuda no Colégio Pedro II.....	42
Gráfico 5	Distribuição dos grupos de respondentes da Direção/SESOP e Professores, por formação acadêmica.....	42
Quadro 4	Julgamento favorável dos respondentes quanto aos indicadores, por categoria.....	52



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de alunos por modalidade de ensino e ano do Colégio Pedro II.....	13
Tabela 2	Quantitativo de alunos aprovados e reprovados nos anos de 2008 a 2013 no Campus Humaitá II.....	15
Tabela 3	Quantitativo de alunos, turmas e professores, por série, no Campus Humaitá II, em 2014.....	31
Tabela 4	Distribuição dos respondentes por sexo.....	39
Tabela 5	Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem”.....	44
Tabela 6	Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Aproveitamento global e individualizado das turmas”.....	46
Tabela 7	Julgamento dos respondentes relacionando quanto à categoria “Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico”.....	47
Tabela 8	Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Avaliação permanente do aluno”.....	49
Tabela 9	Julgamento dos respondentes quanto a categoria “Assistência específica ao aluno”.....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAP UFRJ	Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
COC	Conselho de Classe
Enem	Exame Nacional de Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa de Jovens e Adultos
SESOP	Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica
SOE	Setor de Orientação Educacional
STEA	Setor de Ensino e Avaliação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>A PRÁTICA DO CONSELHO DE CLASSE NO COLÉGIO PEDRO II EM RELAÇÃO À PORTARIA N°1200/1996.....</b>	<b>12</b>
1.1	OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	17
1.2	QUESTÕES AVALIATIVAS.....	18
<b>2</b>	<b>O CONSELHO DE CLASSE.....</b>	<b>19</b>
2.1	O SURGIMENTO DO CONSELHO DE CLASSE .....	19
2.2	O COLÉGIO PEDRO II COMO CONTEXTO DO CONSELHO DE CLASSE.....	20
2.3	BASE POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CONSELHO DE CLASSE.....	22
2.4	APOIO LEGAL DO CONSELHO DE CLASSE.....	25
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>30</b>
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	30
3.2	SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO AVALIATIVO.....	31
3.3	CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.....	32
3.4	COLETA DE DADOS.....	36
3.5	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	37
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>39</b>
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES.....	39
4.2	OPINIÃO DOS RESPONDENTES SOBRE AS PRÁTICAS DO CONSELHO DE CLASSE.....	43
4.2.1	<b>Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem.....</b>	<b>43</b>
4.2.2	<b>Aproveitamento global e individualizado das turmas.....</b>	<b>46</b>
4.2.3	<b>Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico.....</b>	<b>47</b>
4.2.4	<b>Avaliação permanente do aluno.....</b>	<b>49</b>
4.2.5	<b>Assistência específica ao aluno.....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>52</b>
5.1	CONCLUSÕES.....	52
5.2	RECOMENDAÇÕES.....	55
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE A - Questionário para Direção/SESOP e Professores....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário para os Alunos.....</b>	<b>64</b>

## **1 A PRÁTICA DO CONSELHO DE CLASSE NO COLÉGIO PEDRO II EM RELAÇÃO À PORTARIA Nº1.200/1996**

Os princípios orientadores do sistema educacional de um país são expressos por meio de um conjunto de diretrizes e normas, que se manifestam na organização e funcionamento dos vários órgãos responsáveis pela educação sistemática. Assim, a escola, como instituição pertencente ao sistema educacional, reflete, em sua estrutura administrativa e pedagógica, as orientações legais vigentes.

No Brasil, a prática pedagógica atual é norteada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996a) que, em consonância com a Constituição Federal de 1988, afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em vários lugares, um dos quais é a escola. Afirma também que a avaliação é um direito e deve ser assegurado não somente aos alunos, mas aos cursos, instituições e professores. Reconhece a avaliação como verificação do rendimento escolar, sendo contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos e quantitativos. A Lei nº 9.394/96 determina, ainda, que o ensino público seja ministrado com base no princípio da garantia de gestão democrática, a qual possibilita que a comunidade escolar assuma o papel de dirigente e não apenas de fiscalizadoras ou meras receptoras dos serviços educacionais (BRASIL, 1996a).

Portanto, a partir de 1996 com a implantação da LDB, o trabalho pedagógico passa ser compreendido numa perspectiva democrática, devendo ser pautado no trabalho coletivo da comunidade escolar. Nessa perspectiva, o Conselho de Classe torna-se um dos órgãos colegiados que compõe a gestão democrática da escola pública.

Como instância formalmente instituída na escola, o Conselho de Classe torna-se mais um representante do processo coletivo de avaliação da aprendizagem do aluno, presente na instituição educacional brasileira. Dele participam os diversos professores da turma, os representantes da equipe pedagógica e da Direção e, ainda, representantes dos pais dos alunos. A frequência com que ocorre, a organização e quem são os participantes do Conselho de Classe são determinados pelo Projeto Político Pedagógico de cada escola.

Segundo Dalben (1992), a instância Conselho de Classe teria o papel de aglutinar os diversos profissionais da escola, na perspectiva de obter a visão total do desempenho dos alunos. Afirma a autora:

Essa instância poderia consolidar a soma das análises dos diversos professores, segundo a ótica de cada um deles e, ainda, a do orientador educacional, com as questões da orientação vital e profissional, e a do supervisor pedagógico, com as análises técnico-metodológicas. Quer dizer, o Conselho de Classe teria o papel de recompor a estrutura fragmentária da escola, baseada na divisão técnica do trabalho, articular de forma harmônica as diversas partes do todo e garantir a dimensão avaliativa do processo educacional como um todo. (DALBEN, 1992, p. 35).

No Colégio Pedro II, o Conselho de Classe vigora desde a publicação da Portaria nº1.200 (BRASIL, 1996b) que o normatizou. Nos 177 anos de existência, o Colégio Pedro II consolidou-se como uma escola pública, democrática e de qualidade, adequando-se cada vez mais à realidade do aluno, do professor e da sociedade. Por atender, atualmente, 12.937 alunos da Educação Infantil ao 3º ano do Ensino Médio, considera-se o Colégio Pedro II a maior escola pública brasileira no atendimento a Educação Básica.

Tabela 1 – Número de alunos por modalidade de ensino e ano do Colégio Pedro II

Etapas de ensino		2009	2010	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil		-----	-----	-----	88	145	168
Ensino Fundamental	1ºsegmento	2613	2656	2630	2691	2715	2680
	2ºsegmento	4045	4376	4438	4463	4345	4288
Ensino Médio	Regular	4258	4499	4723	4672	4836	4953
	Integrado	525	411	391	329	378	390
	Proeja	552	594	535	570	382	458
TOTAL		11993	12536	12717	12813	12801	12937

Fonte: A autora (2014).

O Conselho de Classe é citado também na Portaria nº 323 (BRASIL, 2007) que estabelece a Diretriz de Avaliação do Ensino nº 7 / nº 9.394/96. Esta Diretriz regula o processo de ensino-aprendizagem dos alunos do 6ºano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio Regular e Integrado, como sendo a instância competente para analisar e avaliar coletivamente o processo pedagógico e acompanhar o processo individual do aluno e da turma por meio de “registros diversos para lastrear decisões, objetivando alterar, corrigir ou implementar a dinâmica do processo, sem alterar o disposto nesta Diretriz” (BRASIL, 2007, p. 5).

De acordo com este documento oficial, são considerados dois pressupostos conceituais: a Diagnose e a Certificação. Diagnose é direcionada para a tomada de decisões, por meio do acompanhamento contínuo do processo de ensino-

aprendizagem, visando identificar os avanços e as dificuldades dos estudantes e orientar o professor a redirecionar, dimensionar, reestruturar e modelar sua ação didático-pedagógica. Certificação é a expressão numérica dos níveis que o aluno alcançou e representa, documentalmente, a síntese do desempenho escolar, em determinado período letivo, considerando-se os aspectos quantitativo e qualitativo da avaliação.

Segundo a Portaria nº 323/ 2007, como aspecto qualitativo, entende-se a participação, a assiduidade, a pontualidade, o cumprimento de deveres e a autoavaliação dos alunos. Além desses, outros critérios podem ser utilizados pelo professor “como forma de se obter uma análise global do desempenho do aluno” (BRASIL, 2007, p. 2).

Cabe registrar que esta Diretriz de Avaliação foi objeto de avaliação de Costa (2012) que indicou alguns pontos frágeis da normativa, a saber: falta de reconhecimento por parte dos alunos da avaliação qualitativa; evidência que a Diretriz vigente não é suficiente para o desenvolvimento do trabalho pedagógico no colégio e carência de assessoramento aos professores regentes nas questões relacionadas a avaliação escolar. A autora conclui que:

A efetividade operacional da Diretriz está comprometida pela necessidade de calibração de alguns pontos que, durante sua implementação, ao longo dos últimos anos, foram se desajustando e se adequando de forma distorcida às demandas do processo pedagógico e da escola. (COSTA, 2012, p. 70).

Nos últimos anos, o quantitativo de alunos encaminhados para o Conselho de Classe final tem se elevado, ocasionando preocupação constante para a Pró-Reitoria de Ensino. A Tabela 2 apresenta o resultado da avaliação dos Conselhos de Classe nos últimos seis anos.

Tabela 2 – Quantitativo de alunos aprovados e reprovados nos anos de 2008 a 2013 no Campus Humaitá II

Ano Letivo	Nº de alunos	Total de aprovados	%	Aprov por média	%	Aprovados por coc	%	Reprovados	%
2008	1340	1137	84,8	977	72,9	160	11,9	203	15,2
2009	1360	1162	85,4	966	71,0	196	14,4	198	14,5
2010	1430	1160	81,1	1004	70,2	156	10,9	270	18,8
2011	1426	1198	84,0	1071	75,1	127	8,9	228	15,9
2012	1381	1221	88,4	1059	76,6	162	11,7	160	11,5
2013	1299	1127	86,7	947	72,9	180	13,8	172	13,2

Fonte: A autora (2014).

Os alunos do Colégio Pedro II são aprovados se, além de alcançarem a média de aprovação prevista na Diretriz de Avaliação (igual ou superior a cinco) cumprirem a frequência mínima de 75%, do total de horas letivas, conforme estabelecido pela Lei nº. 9.394/1996 (BRASIL, 1996a). Quando os alunos, após a Prova Final de Verificação, não alcançaram a média necessária para aprovação, são encaminhados para o Conselho de Classe final.

Visando maior eficácia no Conselho de Classe, tornaram-se necessárias orientações complementares relacionadas à execução do Conselho de Classe final (COC final), por meio de memorandos e reuniões emanados do Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica Geral (SESOP Geral) e da Pró-Reitoria de Ensino. De fato, pode-se observar que nos últimos cinco anos, no Campus Humaitá II, o somatório de alunos aprovados em Conselho de Classe e de alunos reprovados ultrapassa o índice de 20%.

O aluno “aprovado por Conselho de Classe” inspira grande preocupação uma vez que, de acordo com a Portaria vigente de avaliação, este não poderá ser aprovado no Conselho de Classe na mesma série no ano seguinte. Caso não alcance rendimento suficiente para aprovação, o aluno passa a ser visto, no ano seguinte, como um repetente em potencial. Da mesma maneira, inspira cuidados a situação do aluno repetente, uma vez que existe o risco real da jubilação, caso não seja aprovado no ano em curso. Desde seus primórdios, o Colégio pratica o expediente da jubilação, isto é, o desligamento do aluno quando este não alcança a aprovação, consecutivamente, na mesma série.

No ano de 2014, o Reitor do Colégio Pedro II alterou por meio das Portarias nº 2.798/14 (BRASIL, 2014a) e nº 3.088/14 (BRASIL, 2014b) a normativa sobre o processo de avaliação da aprendizagem do Colégio bem como a composição do

Conselho de Classe, estabelecendo procedimentos para sua realização. Considerou como motivos para tais ajustes legais o alto índice de alunos reprovados, jubilados e promovidos de série ou ano, pelos Conselhos de Classe, no ano letivo de 2013. O documento afirma que o sistema de avaliação dentro do processo ensino aprendizagem não pode ser um instrumento “meramente” quantitativo e aponta para a necessidade de se refletir sobre os resultados obtidos pelos alunos através dos vários aspectos qualitativos do processo.

Sendo assim, a principal alteração da Portaria nº 2.798/14 no processo de avaliação de aprendizagem do Colégio, verifica-se na aplicação de uma prova escrita ao final da 1ª e 2ª certificação para os alunos com média inferior a cinco, substituindo, exclusivamente, a nota anterior da prova escrita formal e individual e não mais a nota total da certificação como era anteriormente (BRASIL, 2014a).

Quanto à alteração na composição do Conselho de Classe, a partir da Portaria nº 3.088/14 (BRASIL, 2014b) a modificação explicita a criação do Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica (SESOP) advindo da fusão de dois outros setores: o Setor de Orientação Educacional (SOE) e o Setor de Ensino e Avaliação (STEA) como membros efetivos do Conselho de Classe e a inclusão do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) como membro eventual. Estes setores já participavam do Conselho de Classe, porém não tinham direito a voto. Outra modificação estabelecida por essa Portaria em relação aos procedimentos para a realização dos Conselhos de Classe se refere a recomendação de que a análise individualizada dos estudantes seja feita apenas nos casos mais críticos.

Após cada certificação/verificação, deve ocorrer o Conselho de Classe conforme a Diretriz de Avaliação do Ensino (BRASIL, 2007). Desta forma, são previstos quatro Conselhos de Classe ao longo do ano letivo, a saber, após cada certificação (no total de três) e um após a Prova Final de Verificação, também chamado de Conselho de Classe final, o qual define a aprovação ou não do aluno caso este não tenha alcançado a média mínima para aprovação. Os alunos representantes estão presentes apenas nos dois primeiros Conselhos de Classe.



## 1.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Considerando o alto índice de alunos reprovados, jubilados e aprovados de série ou ano pelos Conselhos de Classe dos Campi, no ano letivo de 2013, o Reitor, em recente ato administrativo, alterou através da Portaria nº 2.798 de 31 de Março de 2014, a normativa do processo de avaliação da aprendizagem do Colégio Pedro II. (BRASIL, 2014a).

O objetivo deste estudo é, portanto, avaliar se, no julgamento dos membros efetivos, o Conselho de Classe do Colégio Pedro II está condizente com as determinações normativas descritas na Portaria nº 1.200 (BRASIL, 1996b), que institui o Conselho de Classe como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem do Colégio Pedro II.

A avaliação focalizou o Campus Humaitá II, junto aos membros efetivos do Conselho de Classe do Colégio Pedro II, a saber: Direção, Setor de Supervisão e Orientação Educacional (SESOP), professores regentes, alunos representantes de acordo com a estrutura escolar desejável indicada na Portaria nº 1.200/ 96 (BRASIL, 1996b).

A escolha do Campus Humaitá II se deu pelo fato de ser o local de trabalho da autora, o que facilitou o acesso aos agentes da avaliação, além de ser um Campus que apresenta familiaridade com o desenvolvimento de outros estudos investigativos. Trata-se, portanto, de um estudo piloto porque se dirigiu a apenas um, dentre os 14 campi da instituição.

O Campus Humaitá II possuía em 2014, aproximadamente, 1286 alunos divididos em dois grandes grupos: o Ensino Fundamental oferecido em dois turnos, com 652 alunos, do 6º ao 9º ano, e Ensino Médio, oferecido em três turnos, com 634 alunos. O corpo docente do Campus é formado por 132 professores e o corpo técnico-administrativo por 49 servidores, destes 41 trabalham diretamente com os alunos.

O presente estudo revelou ser importante por pretender verificar até que ponto, na opinião dos membros efetivos, o Conselho de Classe do Colégio Pedro II está alinhado com os objetivos propostos na Portaria nº 1.200/ 96, o que possibilitaria identificar aspectos positivos bem como a não ocorrência de ações previstas no documento oficial possibilitando identificar possíveis aspectos que apresentem fragilidades e deficiências. Após a conclusão da avaliação, caso seja necessário, serão enviadas sugestões e recomendações à Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II

para o aprimoramento do trabalho educativo do Colégio, visando possibilitar a condução da avaliação enquanto elemento facilitador do processo de ensino aprendizagem, o que resultaria em benefícios para a instituição como um todo.

## 1.2 QUESTÕES AVALIATIVAS

A partir do objetivo do estudo, foram formuladas cinco questões avaliativas provenientes dos objetivos formulados para o Conselho de Classe, expressos na Portaria nº1.200 (BRASIL, 1996b). Cabe registrar que as questões avaliativas foram retiradas literalmente do texto do documento oficial.

Até que ponto o Conselho de Classe do Colégio Pedro II:

- 1) “oportuniza a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem, através da avaliação de alunos, dos professores e do colégio como um todo”?
- 2) “debate o aproveitamento global e individualizado das turmas, analisando, especificamente, as causas de baixo e alto rendimento”?
- 3) “propõe estratégias para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, através da participação efetiva” dos diferentes setores envolvidos?
- 4) “orienta o professor na avaliação permanente de cada aluno, através de informações concretas”?
- 5) “estabelece o tipo de assistência específica ao aluno que o Conselho de Classe considere abaixo do rendimento mínimo esperado”?

## 2 O CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe do Colégio Pedro II é o objeto deste estudo avaliativo. Para melhor compreendê-lo, apresenta-se em qual contexto o Conselho de Classe surgiu, como ocorreu a inclusão do Conselho de Classe no Colégio Pedro II e de que forma se estabelece o embasamento político-pedagógico do Conselho de Classe no Colégio Pedro II.

### 2.1 O SURGIMENTO DO CONSELHO DE CLASSE

O ano de 1958 é o marco inicial da introdução da ideia sobre Conselho de Classe para o Brasil. Segundo Rocha (1982), um grupo de orientadoras e professoras do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp UFRJ) foram a cidade de Sévres, na França, para conhecer a proposta em vigor há 13 anos no sistema de ensino francês, de turmas experimentais. Dentre as novidades educacionais, implantadas no Pós-Guerra Mundial, destacava-se o conselho de classe. Era um procedimento inicialmente proposto para a aproximação do grupo de professores, envolvidos em um trabalho interdisciplinar chamado de classes *nouvelles*. O Conselho de Classe emitia um parecer de significativa importância para os rumos da vida educacional dos alunos, uma vez que orientava o acesso conforme “aptidões” às diversas modalidades de ensino (técnico ou clássico).

A experiência francesa foi referência para a implantação de classes experimentais no Brasil. O Conselho de Classe foi então implementado no CAp UFRJ, expandindo-se aos poucos para as outras turmas e também a outras escolas, como por exemplo, o Centro Educacional de Niterói e o Colégio Brasileiro de Almeida no Estado do Rio de Janeiro, o Colégio Santa Cruz de São Paulo e o de São João d'El-Rei em Minas Gerais.

A posterior inserção dos conselhos de classe em escolas do país aconteceu como um desenrolar do processo de implementação da reforma educacional resultante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 que estabelecia que, na avaliação do aproveitamento, preponderassem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos (BRASIL, 1971).

Os educadores do Colégio Pedro II se colocam abertos às renovações impostas pela LDB vigente, sendo-lhe atribuído, em meados da década de 1970, o papel de “laboratório pedagógico do ensino médio, com o fim de aperfeiçoar os processos educativos nacionais” (SEGISMUNDO,1987, p. 35).

Desta forma, a partir da década de 1980, vários mecanismos de acompanhamento foram introduzidos com a finalidade de garantir a eficácia do processo pedagógico. “Os Planos Gerais de Ensino, As Diretrizes de Ensino, além da criação dos Setores Técnicos de Ensino e de Avaliação são um exemplo dessa intenção” (COLÉGIO PEDRO II, 2002, p. 382). Nesse período, já surgia no Colégio Pedro II um esboço do Conselho de Classe intitulado, inicialmente, como “Conselho de Turma”, o qual vigorou até a normatização do Conselho de Classe por meio da Portaria nº 1.200/96 (BRASIL,1996b).

## 2.2 O COLÉGIO PEDRO II COMO CONTEXTO DO CONSELHO DE CLASSE

O Colégio Pedro II é uma tradicional instituição de ensino público federal localizado na Cidade do Rio de Janeiro. É o segundo mais antigo dentre os colégios em atividade no país. Foi criado com o nome de *Imperial Collegio de Pedro Segundo*, em 2 de Dezembro de 1837, em homenagem ao Imperador menino. Organizado segundo os padrões educacionais europeus, apresentava a intenção de servir de modelo a outros estabelecimentos de ensino da Corte e das Províncias.

Sua trajetória se entrelaça com a história da educação nacional. No decorrer de todos esses anos recebeu gerações de cariocas e brasileiros oriundos de diferentes regiões, bem como testemunhou momentos marcantes da história, desde o Império até o surgimento e consolidação da República.

Descrições detalhadas sobre a história do colégio ao longo dos 177 anos de sua existência podem ser encontradas na dissertação de mestrado de Costa (2012), a qual apreciou o processo avaliativo escolar no Ensino Fundamental do Colégio Pedro II. A autora fez referência ao Conselho de Classe em sua vertente de avaliação:

Se o COC é o foro onde se avalia e analisa pedagogicamente, ao longo dos períodos letivos, o desenvolvimento dos alunos e turmas, individual e coletivamente (BRASIL, 1996b), como chegar ao final do ano com tal quantidade de casos para serem ali decididos? Como explicar o alto índice de alunos repetentes ou aprovados pelo COC? (COSTA, 2012, p. 22).

Até a década de 1950, o Colégio Pedro II era considerado como "Colégio Padrão do Brasil". A tradição de excelência em educação da instituição foi reconhecida pelo Governo Federal Brasileiro em 1998, quando o colégio recebeu o Prêmio Qualidade por seu projeto de Qualidade Total na área de Educação (COLÉGIO PEDRO II, 1999).

Em sua trajetória, tornou-se comum ser alvo de diversos estudos e pesquisas. Em 2007, Galvão (2009) realizou um estudo detalhado sobre o cotidiano escolar tendo como questão central o desempenho na escola pública brasileira. O Campus Humaitá II do Colégio Pedro II foi o local escolhido para o desenvolvimento deste trabalho:

Decidimos por uma investigação mais detalhada no Colégio Pedro II, retornando, portanto, à Unidade Escolar Humaitá II para desenvolver uma análise institucional mais apurada. Por que a escolha do Colégio Pedro II? Porque se trata da maior escola pública brasileira no atendimento ao Ensino Fundamental e Médio. (GALVÃO, 2009, p. 16).

Para Galvão, interessava captar as disposições escolares adquiridas na escola considerada de qualidade no sistema público. A autora problematizou as condições de produção do ensino, justificando que um dos momentos fortes do percurso dos alunos, em que se medem os efeitos da escola, ocorre no final de um determinado ciclo de ensino, ao se verificar a transição para um nível superior ou para o mercado de trabalho. (BOSKER; SCHEREERENS, 1992, apud GALVÃO, 2009, p. 19).

Em 2012, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais por meio da Lei nº 12.677/2012, a qual o reconhece como instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas (BRASIL, 2012).

Em 2014, integra um complexo escolar composto por 14 campi distribuídos em seis bairros da Cidade do Rio de Janeiro e em dois municípios próximos, Niterói e Duque de Caxias. Concentra aproximadamente 13 mil estudantes e 1.500 servidores entre docentes e técnico-administrativos. O Colégio Pedro II oferece as seguintes modalidades em ensino:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio Regular;

- Ensino Médio Integrado nas áreas de formação técnica em Informática, Meio Ambiente e em Instrumento Musical;
- Programa de Jovens e Adultos (PROEJA), com formação técnica nas áreas de Montagem e Manutenção de computadores, Manutenção automotiva e Administração e
- Mestrado Profissional em Educação Básica.

### 2.3 BASE POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CONSELHO DE CLASSE

O funcionamento e a organização do Colégio Pedro II, os quais incluem o processo de avaliação e o Conselho de Classe, estão embasados na concepção filosófica e explicitados no Projeto Político Pedagógico.

Os fundamentos teórico-filosóficos norteadores do Projeto Político Pedagógico entendem a escola voltada para a formação um ser humano crítico pautado em princípios éticos, de valorização da dignidade e dos direitos humanos, bem como do respeito às diferenças individuais e socioculturais, tornando o estudante capaz de mobilizar-se por aspirações justas visando ao bem comum.

É descrito no Projeto Político Pedagógico como um dever da escola:

Oferecer aos alunos os instrumentos básicos de uma formação geral para que possam ler, decodificar, inserir-se e atuar num mundo com novas realidades, tornando-se assim capazes de utilizar seu instrumento básico como alicerce de futuras construções profissionais e individuais, buscando preservar a autonomia em meio a massificação e a identidade em meio a globalização. (COLÉGIO PEDRO II, 2002, p. 66).

O Colégio é reconhecido na sociedade brasileira como tradicional, de viés humanista, apresentando considerável prestígio diante da comunidade. O Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II foi elaborado, em 2000, a partir de um processo democrático empenhado na melhoria da qualidade do processo educacional possibilitando a coexistência da tradição, ao qual se reconhece, com a modernidade, a qual anseia.

Para a instituição, o desejo de transformações se faz presente em vários aspectos. No plano das relações interpessoais, a proximidade entre professores e alunos tornou-se um ganho significativo para o processo ensino-aprendizagem. No

plano da democratização de oportunidades, o aumento do quantitativo de vagas, o ingresso de alunos através de sorteios públicos para a Educação Infantil e o aprimoramento dos exames de seleção, pautados em modernas técnicas de avaliação como a auto avaliação discente e docente, são alguns exemplos da perspectiva de modernidade.

As mudanças verificadas nos últimos anos sinalizam um Projeto Político Pedagógico da escola em que o tradicional significa o uso da experiência vivenciada para sinalizar os caminhos e gradações das mudanças sem abalar a identidade e a imagem que lhe dá significado. Como cita o Projeto Político Pedagógico: “não entendemos tradição como conservadorismo, como o passado a emperrar as transformações rumo a plenas democratização do ensino” (COLÉGIO PEDRO II, 2002, p. 66).

Pretendendo continuar a exercer um importante papel no cenário educacional do país, o Colégio não deixou de unir a competência educacional à constituição de um espaço democrático e rico em experiências que possibilitem, ao aluno, construir sua identidade pessoal, suas relações sociais e apropriar-se do saber historicamente construído.

O Projeto Político Pedagógico reconhece a escola como sendo um espaço de cultura e de relações de poder às quais está associada à formação da cidadania consciente e do cidadão que se quer formar e, por esse motivo afirma:

Sabendo-se que a aprendizagem é sempre permeada pela cultura (formas culturais próprias), o processo de aquisição da cultura erudita deve se dar no espaço escolar como um processo de substituição gradativa, através da intertextualidade, e não por imposição repentina. Possibilitar o acesso do aluno à cultura erudita não significa desqualificar a cultura popular e/ou discriminar seus portadores. Esta é uma diferenciação essencial para este projeto político-pedagógico, pois que tem implicações em tudo o que lhe diz respeito, desde seus pressupostos epistemológicos e metodológicos até o dia a dia de sala de aula e os critérios de avaliação. (COLÉGIO PEDRO II, 2002, p. 68).

Os posicionamentos assumidos no Projeto Político Pedagógico exigem o repensar do processo de avaliação devendo ser considerados na apreciação do rendimento escolar do aluno, a avaliação em sua dimensão contínua, cumulativa e qualitativa.

A avaliação contínua é entendida como a avaliação que privilegia o processo, acompanhando as etapas da construção do conhecimento pelo aluno, tendo em vista os objetivos estabelecidos pelo Projeto Político Pedagógico.

A avaliação cumulativa é vista como a avaliação que considera o conjunto das informações sobre a aprendizagem do aluno, coletadas em diferentes situações ao longo da ação pedagógica.

A avaliação qualitativa é compreendida como sendo “mais do que a simples medida” (COLÉGIO PEDRO II, 1999, p. 384). Não despreza os dados quantificáveis nas situações que eles forem pertinentes, porém vai além deles, interpretando-os, num conjunto de dados para abranger todos os aspectos do desenvolvimento do aluno, conduzindo a interferência pedagógica mais adequada à melhoria da aprendizagem.

Desta forma, a partir do Projeto Político Pedagógico, são considerados como agentes do processo de avaliação escolar, em níveis e papéis diferenciados, os alunos, seus responsáveis, os professores, os técnicos, a instituição escolar (as ações governamentais e os entraves do sistema).

Nesse sentido, entende-se também que a sociedade apresenta-se mediada por todas essas instâncias. O aluno é avaliado de modo direto e frequente pelos professores, de modo indireto, pela instituição escolar (Conselho de Classe) e de modo externo, por meio de processos seletivos de ingresso em outras instituições escolares bem como através das diversas avaliações em larga escala. Podem-se citar as principais avaliações pelas quais o aluno de Instituição Pública é avaliado: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). No ano de 2013, o Colégio Pedro II se posicionou entre os 5% das instituições com melhor desempenho no país (COLÉGIO PEDRO II, 2013).

Ao ser designado no Projeto Político Pedagógico como sendo um dos protagonistas da avaliação, o Conselho de Classe efetiva a prática de uma avaliação democrática onde a postura reflexiva passa a ser adotada, o que significa “compreender que a realidade pode ser mais bem apreendida a partir de diferentes olhares” (COLÉGIO PEDRO II, 2002, p. 385). A partir dessa posição, a prática avaliativa que ocorre no Conselho de Classe se propõe a assumir responsabilidades e aceitar a necessidade e a propriedade da autoavaliação (COLÉGIO PEDRO II, 2002).



Para o aluno, a autoavaliação deve ser compreendida como um procedimento que o ajudará a tomar consciência e a envolver-se com sua aprendizagem. Para o professor, a autoavaliação deve ser considerada como um recurso para auxiliá-lo na identificação dos aspectos positivos do seu trabalho e dos aspectos que necessitam ser reformulados, visando sempre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

No Colégio Pedro II, a realização do Conselho de Classe está normatizada por intermédio da Portaria nº 1.200 (BRASIL, 1996b), complementada pela Portaria nº 820 (BRASIL, 2004) e acrescida de orientações da Pró-Reitoria de Ensino. Outros artigos referentes ao Conselho de Classe também são encontrados na Portaria nº 323 (BRASIL, 2007), que estabelece as Diretrizes de Avaliação do Ensino do Colégio Pedro II.

#### 2.4 APOIO LEGAL DO CONSELHO DE CLASSE

A Portaria nº 1.200 (BRASIL, 1996a) é um instrumento normativo criado em 1996, para a implantação do Conselho de Classe no Colégio Pedro II, definindo-o como sendo um organismo de ação pedagógica, na busca pela incorporação de um tratamento multidisciplinar visando superar fragmentações do conhecimento, entaves de análises restritas ou conclusões parciais sobre a aprendizagem.

O documento parte do pressuposto que através da avaliação torna-se possível obter informações que verificam, ao longo do tempo, a eficiência e a eficácia do sistema de ensino e, simultaneamente, sondar explicações sobre possíveis influências a partir dos resultados observados. A afirmação é incisiva quando sinaliza que para este objetivo ser alcançado é necessário que o sistema de avaliação gere informações atualizadas e de forma transparente.

Ao longo dos 19 anos de existência, a Portaria nº 1.200/96 sofreu três alterações e um ajustes legal, apresentados a seguir.

A primeira alteração ocorreu em 1999. Instituem-se normas complementares a realização do Conselho de Classe, por meio da Portaria nº 115/99 (BRASIL, 1999), onde se torna obrigatório que as reuniões apenas poderão ocorrer com a presença de 2/3 dos membros efetivos que são: os alunos representantes, os professores regentes, os representantes do SOE, da STEA e o representante da Direção. Torna-se uma exigência a presença do Diretor, ou seu representante, presidindo o Conselho de Classe.

A segunda alteração se apresenta em 2004, mediante a Portaria nº 820 (BRASIL, 2004), em que se modifica a composição dos membros efetivos e eventuais em função da reestruturação da Coordenação Pedagógica. Os Setores SOE e STEA fundem-se formando o atual Setor de Supervisão e Orientação Educacional (SESOP).

Em 2007, ocorre um ajuste legal: o Conselho de Classe é citado na Portaria nº 323 (BRASIL, 2007), que estabelece a Diretriz de Avaliação do Ensino nº7/9394/96, sendo nomeado enquanto instância competente para analisar e avaliar coletivamente o processo pedagógico e acompanhar o processo individual do aluno e da turma, possibilitando a alteração, correção e implementação na dinâmica do processo sem alterar o que está disposto na normativa de avaliação.

Em 2014, a terceira alteração se apresenta por intermédio da Portaria nº 3.088/14 com a nomeação do SESOP como membro efetivo do Conselho de Classe e do NAPNE como membro eventual, com direito a voto (BRASIL, 2014a).

A Portaria nº 1.200/96 é composta por 11 páginas e apresenta-se dividida em itens: Introdução, Finalidade, Objetivos, Estrutura escolar desejável, Composição, Normas de funcionamento, Atribuições dos componentes, Etapas e Conclusão, apresentados a seguir.

Na introdução da Portaria nº 1.200/96 o Conselho de Classe é designado como um instrumento facilitador para mudanças ou continuidade de políticas adotadas, desempenhando papel de alcance expressivo no auxílio da prática pedagógica. (BRASIL, 1996b).

A finalidade do Conselho de Classe é definida como:

Aprimoramento do trabalho educativo do Colégio, no sentido de conduzir a avaliação como um elemento facilitador de uma ação investigadora, reflexiva, coletiva e consensual sobre os processos de ensino e de aprendizagem, trabalhando, conscientemente, as desigualdades sociais e as diferenças culturais. (BRASIL, 1996a, p. 5).

Os objetivos da Portaria nº 1.200/96 são:

Oportunizar a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem, através da avaliação de alunos, dos professores e do Colégio como um todo,  
- Debater o aproveitamento global e individualizado das turmas, analisando, especificamente, as causas de baixo e alto rendimento,

- Propor estratégias para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, através da participação efetiva dos diferentes setores envolvidos: Direção, Coordenação, SESOP e Corpo Docente,
- Orientar o professor na avaliação permanente de cada aluno, através de observações concretas,
- Estabelecer o tipo de assistência específica ao aluno que o Conselho de Classe considere abaixo do rendimento mínimo esperado. (BRASIL, 1996b).

A estrutura escolar desejável indicada na Portaria nº 1.200/96 deverá propiciar um dia de trabalho em comum a todas as equipes possibilitando a formação de grupos de trabalho e destinar ao Conselho de Classe quantitativo de número de dias proporcional ao número de turmas.

A composição proposta para o Conselho de Classe constitui-se de membros efetivos (professores regentes, discentes representantes de turma, representantes do SOE e da STEA, atualmente reunidos no SESOP e a Direção do Campus (ou seu representante) e membros eventuais (Chefes de Departamento, Coordenador Pedagógico de Disciplina, representante do NAPNE), outros setores profissionais do Colégio que se fizerem necessários e representantes da Pró-Reitoria de Ensino.

As normas de funcionamento são claras ao afirmar que o Conselho de Classe será autônomo, no âmbito de suas atribuições e nas deliberações sobre os resultados da avaliação dos alunos. As informações, opiniões e decisões deverão ser de estrito sigilo profissional. A dinâmica geral para a realização do Conselho de Classe será baseada nos objetivos da Portaria nº 1.200/96, seguindo uma programação organizada pelo SESOP em consonância com a Direção. A programação estabelece as etapas do trabalho a ser desenvolvido e período da realização do Conselho de Classe que ocorre após cada período de avaliação e ao final do processo (BRASIL, 1996b).

As atribuições dos componentes designam ao Diretor ou seu representante a função de comparecer às reuniões, fornecer informações complementares (quando necessário) e zelar pelo cumprimento das decisões do Conselho, proporcionando a introdução de possíveis modificações e medidas administrativas e ou pedagógicas que não contradigam o Projeto Político Pedagógico em seus aspectos normativos e em suas diretrizes e estratégias.

Ao SESOP é atribuída a função de planejar e organizar o roteiro das reuniões; dinamizar o Conselho de Classe; expor as providências adotadas face às dificuldades

anteriores; apresentar os resultados do acompanhamento preventivo executado junto aos alunos e ou turmas; discutir os perfis de turmas contendo informações que podem auxiliar a atuação do professor; propor alternativas para a solução dos problemas apresentados; indicar alunos que necessitam de acompanhamento específico; fornecer aos alunos representantes os esclarecimentos necessários sobre os objetivos e procedimentos do Conselho de Classe, acompanhando-os em sua atuação nas reuniões.

Ao professor da turma é atribuída a função de participar da análise do desempenho da turma e do aluno, com informações objetivas, que possibilitem aumentar o conhecimento das condições de cada um; avaliar o trabalho realizado no período apontando variáveis intervenientes; apresentar registros atualizados do desempenho do aluno; indicar ao SESOP alunos que necessitam de atendimento específico; apresentar sua linha de atuação frente ao processo de recuperação e propor alternativas para a solução dos problemas apresentados.

Ao aluno representante é atribuída à função de apresentar a auto avaliação da turma; expor questões relativas ao processo ensino-aprendizagem no que se refere à turma e encaminhar aos alunos as sugestões propostas no Conselho de Classe.

As etapas do Conselho de Classe, segundo a Portaria nº 1.200/96, se dividem em planejamento e roteiro das reuniões. Para o Planejamento é necessário o levantamento e interpretação inicial dos dados; identificação dos aspectos críticos; encaminhamento das informações as equipes envolvidas na busca de soluções; confecção do roteiro e calendário das reuniões e elaboração dos horários do Conselho de Classe (BRASIL, 1996b).

No roteiro apresenta-se a dinâmica a ser adotada na reunião do Conselho de Classe. Inicia-se com a apresentação dos alunos representantes das turmas avaliadas e em seguida apresenta-se um relato das deliberações do Conselho anterior, com consequências e desdobramentos. São permitidas participações dos membros eventuais se estas se tornarem necessárias. Ocorre então a reflexão sobre a avaliação globalizada da turma no que se refere à atitude e ao conteúdo com a intenção de identificar dificuldades gerais e possíveis alternativas de soluções para os problemas relatados.

No texto final da Portaria nº 1.200/96 afirma-se que, com a implantação do Conselho de Classe, no Colégio Pedro II, tem-se a intenção de contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, através do estímulo a todos os

elementos envolvidos, favorecendo a autoavaliação e incrementando a disposição interior de cada participante em aceitar crítica e lidar com limitações, interesses e diferenças individuais (BRASIL, 1996b).

Considera-se o Conselho de Classe como um procedimento privilegiado de avaliação do processo ensino-aprendizagem; que este se desenvolve em equipe onde todos os membros são responsáveis por seu êxito; propicia a construção de um acervo de indicadores das estratégias utilizadas no replanejamento do trabalho pedagógico; contribui para o desenvolvimento do espírito crítico e da atitude de análise e pesquisa da problemática da escola e constitui-se, “em essência, no veículo da verdadeira práxis educativa” (BRASIL, 1996a, p. 12) na condução da comunidade escolar ao diálogo e respeito mútuo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados a abordagem avaliativa, os instrumentos utilizados, os procedimentos para coleta, o tratamento e a análise dos dados do presente estudo.

#### 3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

Segundo Vianna (2000, p. 26), Scriven define avaliação como “um processo de levantamento de dados para análise e posterior determinação de valor de um certo fenômeno”. Este mesmo autor destaca também que Stufflebeam conceitua a avaliação como “um processo de identificar e coletar informações que permitam decidir entre várias alternativas” (VIANNA, 2000, p. 26) intencionando à tomada de decisões, o que exige a realização de julgamentos de valor.

Para a efetivação do estudo foi realizada uma avaliação formativa com abordagem centrada nos participantes. De acordo com Chianca, Marino e Schiesari (2001), a avaliação formativa tem como objetivo prover informações essenciais para que os gestores possam introduzir mudanças e solucionar problemas não previstos no planejamento a fim de aprimorá-lo ainda durante o processo. Por isso, é também conhecida como avaliação do processo.

Os mesmos autores afirmam que a abordagem centrada em participantes envolve ativamente as pessoas que são afetadas pelo programa, influenciando na determinação das necessidades, o tipo de dado a ser coletado e nos valores e critérios a serem utilizados. Essa abordagem procura ser mais holística, reconhecendo a importância e complexidade do contexto e das pessoas no planejamento e execução do processo. Os autores apontam como vantagens dessa abordagem:

- Inclusão de diferentes perspectivas na construção do processo avaliativo e no desenvolvimento de juízo de valor sobre o objeto avaliado;
- Flexibilidade para corrigir o rumo durante o desenvolvimento do processo;
- Atenção a variáveis do contexto;
- Uso de várias técnicas para coleta de dados;
- Geração de informações que tem muito significado para as pessoas envolvidas no programa, o que aumenta a possibilidade de uso dessas informações;

- Possibilidade as pessoas envolvidas de maior aprendizado sobre o programa e sobre métodos de planejamento e condução de processos avaliativos. (CHIANCA; MARINO; SHIESARI, p. 23).

A utilização da avaliação centrada em participantes justifica-se uma vez que o Colégio Pedro II está em um momento de reformulação de vários documentos norteadores.

### 3.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO AVALIATIVO

O estudo foi realizado no Campus Humaitá II, do Colégio Pedro II, junto aos membros efetivos do Conselho de Classe, a saber, integrantes da Direção do Campus e Técnicos do Setor de Orientação e Supervisão Pedagógica, membros do Corpo Docente do 6º Ano do Segundo Segmento do Ensino Fundamental e da 1ª Série do Ensino Médio, e membros do Corpo Discente envolvidos com as séries avaliadas no decorrer do ano letivo de 2014.

A tabela 3 expressa o quantitativo de alunos, de turmas e de professores por série no Campus Humaitá, em 2014.

Tabela 3 – Quantitativo de alunos, turmas e professores, por série, no Campus Humaitá II, em 2014

Série	Turmas	Alunos	Professores
6º ano	6	170	34
7º ano	6	154	35
8º ano	6	161	29
9º ano	7	167	33
1ª série	9	252	56
2ª série	8	211	45
3ª série	7	171	40

Fonte: A autora (2014).

As séries escolhidas para o estudo foram o 6º Ano do Segundo Segmento do Ensino Fundamental e a 1ª Série do Ensino Médio por serem as séries subsequentes à mudança de segmento. O 6º ano é a primeira série após a mudança do Primeiro para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental e na 1ª Série do Ensino Médio a mudança verifica-se no Segundo Segmento para o Ensino Médio. Como já afirmado

anteriormente, os resultados acadêmicos podem ser verificados na transição de um determinado ciclo a outro.

O quantitativo de turmas participantes da avaliação foi de 15 turmas sendo seis turmas do Ensino Fundamental e nove turmas do Ensino Médio. Foram entregues 130 instrumentos distribuídos entre os diversos membros efetivos sendo seis instrumentos para os representantes do SESOP, quatro aos representantes da Direção, 30 aos alunos representantes das turmas de 6º ano e 1º série e 90 aos professores regentes das séries escolhidas.

### 3.3 CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

O estudo utilizou como instrumento para coleta de dados dois questionários estruturados destinados aos membros efetivos do Conselho de Classe do Colégio Pedro II. Os critérios utilizados para avaliação foram estabelecidos a partir da Portaria nº1200/ 96 e das questões avaliativas que a norteou. A partir dessas informações foi construído o Quadro de Categorias e Indicadores.

Quadro 1 – Categorias, indicadores e questões dos instrumentos

Categorias	Indicadores	Correspondência com as questões dos instrumentos	
		Direção, SESOP e Professores	Alunos Representantes
Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem	Análise dos problemas e dificuldades comuns aos professores e alunos	5	4
	Autoavaliação dos membros envolvidos	6 e 7	5 e 6
	Análise da problemática da escola	8	7
	Mudanças das políticas escolares adotadas	9	8
	Continuidade das políticas escolares adotadas	10	9
Aproveitamento global e individualizado das turmas	Rendimento da turma	11 e 12	10 e 11
	Rendimento do aluno na turma	13 e 14	-

(Continua)



(Conclusão)

Categorias	Indicadores	Correspondência com as questões dos instrumentos	
		Direção, SESOP e Professores	Alunos Representantes
Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico	Autonomia nas deliberações dos resultados das avaliações dos alunos	15	-
	Responsabilização da equipe escolar	16	12
	Valorização da equipe escolar	17	13
	Entrosamento dos professores	18	14
	Aprimoramento do trabalho pedagógico	19 e 20	15
	Replanejamento do trabalho pedagógico	21	-
Avaliação permanente do aluno	Apresentação de registros e informações	22	-
	Identificação dos fatores intervenientes, problemas e soluções	23 e 24	16
Assistência específica ao aluno	Acompanhamento preventivo executado	25	-
	Indicação de acompanhamento específico	26	-
	Recuperação do aluno	27	-

Fonte: A autora (2014).

Para medir as variações dos níveis concordância dos respondentes com cada afirmativa foi utilizada uma escala de Likert. As escalas são frequentemente usadas em estudos avaliativos que visam medir atitudes, opiniões e preferências em diferentes campos do conhecimento. Segundo Silva (2012, p. 83), a escala de Likert caracteriza-se pelo uso frequente de frases que refletem uma atitude sobre o tema:

Uma escala tipo Likert é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede ao sujeito que está a ser avaliado para manifestar o grau de concordância desde o discordo totalmente (nível 1), até ao concordo totalmente (nível 5). (CUNHA, 2007 apud SILVA 2012, p. 24).

Para a realização deste estudo avaliativo, pretendeu-se manter elevado nível de correspondência aos termos empregados bem como obedecer à estrutura da Portaria nº 1.200/96 sendo por essa razão utilizadas afirmações presentes no documento oficial (BRASIL, 1996b).

O propósito dos instrumentos está alinhado ao problema e às questões avaliativas, fato que determinou o conteúdo das afirmações, as opções das respostas bem como a estrutura dos instrumentos.

Foi elaborado um questionário para o grupo de respondentes da Direção/SESOP e Professores, e outro para os Alunos Representantes, visto que os grupos têm distintas informações para responder as afirmações. Procedeu-se uma leitura detalhada do texto da Portaria nº1.200/ 96, visando estabelecer as categorias e os indicadores do Quadro 1, bem como as questões avaliativas norteadoras do estudo.

Segundo Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012, p. 26),

Os questionários possuem características de elaboração e de aplicação que representam vantagens para o uso do instrumento. As perguntas, tecnicamente elaboradas, favorecem a obtenção de respostas mais precisas. Os respondentes encontram maior liberdade e segurança na apresentação de suas respostas porque, em geral, são informados que tem o anonimato preservado.

Segundo as autoras, o questionário é uma técnica de investigação que inclui um considerado número de questões que, apresentadas as pessoas, delineiam o conhecimento de fatos, motivações, expectativas e situações experienciadas. Sendo assim, o questionário foi escolhido como instrumento para coleta de dados para que se obtivesse maior precisão nas respostas e para que fosse mantido o anonimato dos respondentes.

Em relação ao conteúdo expresso pelas questões, as mesmas autoras afirmam que estas “devem versar sobre aquilo que as pessoas sabem, acreditam, esperam, sentem, desejam, tem feito”. (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987, p. 31, apud ELLIOT; HILDENBRAND; BERENGER, 2012).

Os questionários desse estudo são compostos por afirmações e questões abertas elaboradas em separado. As questões abertas foram construídas a partir de afirmativas contidas na parte final do documento oficial, no momento em que o texto ratifica os objetivos propostos.

As questões iniciais dos questionários se destinam ao levantamento do perfil dos respondentes. Para medir a faixa etária, o instrumento para os grupos de respondentes da Direção/SESOP e Professores apresentou cinco opções de respostas com intervalos de 10 anos tendo como valor inicial a idade mínima

necessária para obtenção de uma graduação (21 anos) e o valor final, a idade máxima permitida para servidores em Instituições Públicas (70 anos).

Para o grupo de respondentes de Alunos, o instrumento apresenta três opções de respostas com intervalos, tendo como valor inicial a idade mínima correspondente ao 6º ano (10 anos) e o valor final a idade máxima correspondente ao Ensino Médio (18 anos).

Para medir o tempo de experiência profissional dos respondentes da Direção/SESOP e Professores, o instrumento apresenta cinco opções de respostas com intervalos de 10 anos, começando com o tempo mínimo necessário para estar exercendo a profissão (1 ano) e o finalizando com o tempo máximo permitida para servidores em Instituições Públicas (50 anos).

Para o grupo de respondentes de Alunos, a distribuição acontece por tempo de estudo no Colégio Pedro II. O instrumento apresenta quatro opções de respostas com intervalos de três anos tendo como valor inicial o tempo mínimo necessário para o ingresso no colégio (1 ano) e o valor final o tempo total de ingresso do aluno na instituição na Educação Básica (mais de 9 anos).

No instrumento para o grupo de respondentes da Direção/SESOP e Professores (Apêndice A) solicita-se também a informação sobre formação acadêmica. São apresentadas três opções de respostas começando com a titulação de Especialista (Especialização Lato Sensu), Mestrado (Stricto Sensu) e Doutorado (Stricto Sensu).

No Quadro 2 apresenta-se a distribuição dos itens do questionário em relação as categorias. Ao final do instrumento foram acrescentadas quatro perguntas abertas solicitando comentários a partir de considerações presentes na parte final da Portaria.

Quadro 2 – Distribuição dos itens do questionário referentes à Direção/SESOP e Professores

Categorias	Itens
Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem	De 5 a 10
Aproveitamento escolar	De 11 a 14
Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico	De 15 a 21
Avaliação permanente do aluno	De 22 a 24
Assistência específica ao aluno com baixo rendimento	De 25 a 27

Fonte: A autora (2014).

No questionário destinado aos Alunos (Apêndice B) os itens de 1 a 3 são referentes ao perfil do respondente. No quadro 3 apresenta-se a distribuição dos itens

do questionário relacionando-os com as categorias. Ao final do instrumento foi acrescentada uma pergunta aberta solicitando comentários a partir da experiência dos alunos nas reuniões de Conselho de Classe.

Quadro 3 – Distribuição dos itens do questionário referentes aos Alunos Representantes

Categorias	Itens
Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem	De 4 a 9
Aproveitamento escolar	De 10 a 11
Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico	De 12 a 15
Avaliação permanente do aluno	16

Fonte: A autora (2014).

A validação dos instrumentos foi realizada por dois especialistas em Avaliação da Fundação Cesgranrio e dois especialistas em Educação do Colégio Pedro II para que julgassem a clareza, a objetividade e a adequação da linguagem, a forma e conteúdo. Algumas modificações foram sugeridas, tais como simplificar a apresentação visual tornando agradável a diagramação do instrumento, privilegiar e manter os termos empregados na normativa, apresentar instruções simples e precisas, seguir a mesma sequência lógica da Portaria na ordenação das questões. Após algumas alterações, o instrumento foi aplicado ao grupo de respondentes.

### 3.4 COLETA DE DADOS

A autorização para a realização desta avaliação foi concedida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Colégio Pedro II em 27 de Maio de 2014. Em função de a instituição ter participado de um movimento nacional de paralisação a favor da Educação, o cronograma inicial sofreu modificação. A coleta de dados teve início com a distribuição dos instrumentos impressos a partir de 17 de Novembro de 2014, sendo entregue pessoalmente pela avaliadora. Foi disponibilizado o prazo de 15 dias para devolução dos questionários em uma caixa coletora disponibilizada no SESOP, destinada a recolher os instrumentos preenchidos. Desta forma foi mantido o anonimato do respondente.

Estipulou-se como meta de devolução 70% dos instrumentos para cada um dos grupos de respondentes. Dos 130 membros efetivos do Conselho de Classe selecionados para responderem os instrumentos, 100 o retornaram, o que

corresponde a 76,9% do total. A devolução dos questionários ocorreu, em sua maioria, dentro do prazo planejado.

Para o grupo de respondentes da Direção/SESOP foram entregues 10 questionários e nove foram respondidos. Cabe registrar que, apesar de ser um grupo aparentemente reduzido, trata-se de quase a totalidade de representantes da Direção/SESOP no Campus Humaitá II.

O quantitativo de Professores respondentes mostra-se considerável por representar o maior grupo dentre os membros efetivos do Conselho de Classe. Dos 90 questionários de Professor distribuídos, 63 foram devolvidos.

O quantitativo de Alunos respondentes representa o segundo maior grupo entre os membros efetivos do Conselho de Classe. Dos 30 alunos representantes, 28 que receberam o instrumento, o devolveram.

### 3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisados 100 questionários respondidos a partir da aplicação junto aos membros efetivos participantes do Conselho de Classe do Colégio Pedro II no ano letivo de 2014, a saber, representantes da Direção e SESOP, Professores regentes e Alunos representantes.

Os dados obtidos nas afirmações contidas nos instrumentos foram tratados quantitativamente e analisados por meio de Estatística Descritiva. Com esses resultados foram elaborados os gráficos e tabelas do estudo.

Os dados recolhidos foram tabulados, tendo em vista conhecer os julgamentos conferidos a cada item. Para facilitar a percepção do comportamento dos itens frente a cada padrão, considerando os cinco níveis de julgamento (concordo plenamente, concordo parcialmente, indeciso, discordo parcialmente e discordo totalmente), optou-se pela construção de gráficos, uma vez que têm “a vantagem de, rápida e concisamente, informar sobre sua variabilidade” (MORETTIN; BUSSAB, 2011, p. 15).

Os dados obtidos nas questões abertas foram tratados qualitativamente, categorizados e analisados de forma descritiva, visando melhorar a compreensão e o esclarecimento sobre os assuntos abordados nos instrumentos.

As respostas de concordância (total e parcial), referentes às afirmativas do instrumento foram avaliadas e agrupadas, por cada categoria, tendo como ponto de corte a razão igual ou superior a 2/3 das respostas. Foram analisados no Quadro 1,

13 indicadores pertencentes aos três grupos de respondentes (Direção/SESOP, Professores e Alunos) e cinco indicadores restritos aos grupos da Direção/SESOP e Professores.

## 4 RESULTADOS

Este capítulo se reporta à análise dos resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de avaliação utilizados no estudo.

Inicialmente é apresentado o perfil dos respondentes por meio de tabelas e gráficos. Em seguida, será examinado o julgamento dos grupos de respondentes, relacionando-o as categorias e indicadores que representam o desdobramento das questões avaliativas.

O tratamento das respostas às questões abertas foi realizado a partir de fragmentos de discursos dos respondentes que exemplificaram as categorias e indicadores do estudo.

### 4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Apresenta-se o perfil dos grupos de respondentes em relação ao sexo e à faixa etária. Quanto ao tempo de experiência e nível de formação acadêmica, restringem-se os dados ao grupo da Direção/SESOP e Professores. Para o grupo de Alunos, investigam-se os anos de permanência no Colégio.

Tabela 4 – Distribuição dos respondentes por sexo

Sexo	Direção/SESOP	Professores	Alunos
Masculino	1	29	15
Feminino	8	34	13
TOTAL	9	63	28

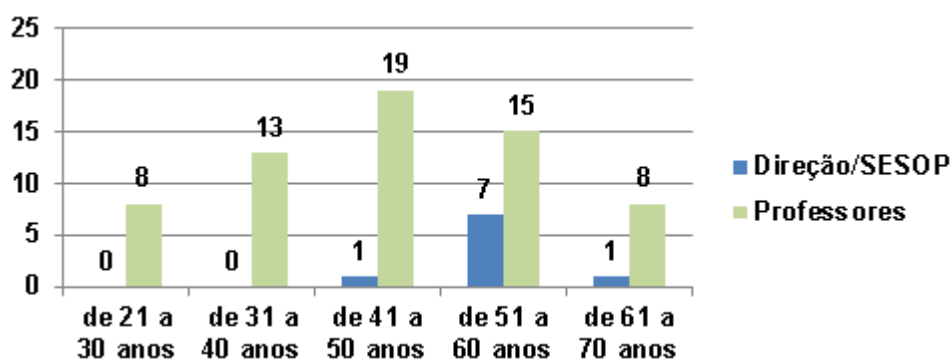
Fonte: A autora (2014).

Pode-se observar na Tabela 4 que a maioria dos profissionais no grupo da Direção/SESOP pertence ao sexo feminino. Já no grupo de Professores respondentes, não se evidencia a manifestação do processo de feminização do magistério, o que vai de encontro à constatação amplamente discutida por Gatti (2009, p. 24):

No que tange ao sexo do grupo, como é de conhecimento, a categoria dos professores é majoritariamente feminina (segundo a Pnad 2006, 83,1% versus 16,9% do sexo masculino), apresentando algumas variações internas conforme o nível de ensino.

Em relação aos Alunos respondentes, encontra-se uma distribuição balanceada entre os sexos.

Gráfico 1 – Distribuição dos grupos da Direção/SESOP e Professores, por faixa etária

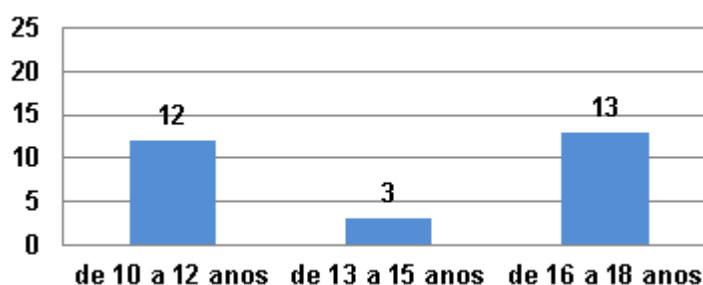


Fonte: A autora (2014).

Conforme evidenciado no Gráfico 1, percebe-se uma concentração de respondentes da Direção/SESOP na faixa etária compreendida no intervalo de 51 a 60 anos (7 respondentes), caracterizando um grupo de profissionais de meia idade.

No grupo dos Professores respondentes, a distribuição se expressa de modo diverso, com predominância de 1/3 dos respondentes na faixa etária de 41 a 50 anos (19 respondentes). Diante desses resultados, pode-se afirmar que o contingente de professores se apresenta em permanente renovação, possivelmente em função dos atuais concursos oferecidos ao magistério do Colégio Pedro II. Isto se reflete no equilíbrio do número de respondentes que se encontram tanto na faixa etária inicial quanto na final.

Gráfico 2 – Distribuição dos alunos, por faixa etária



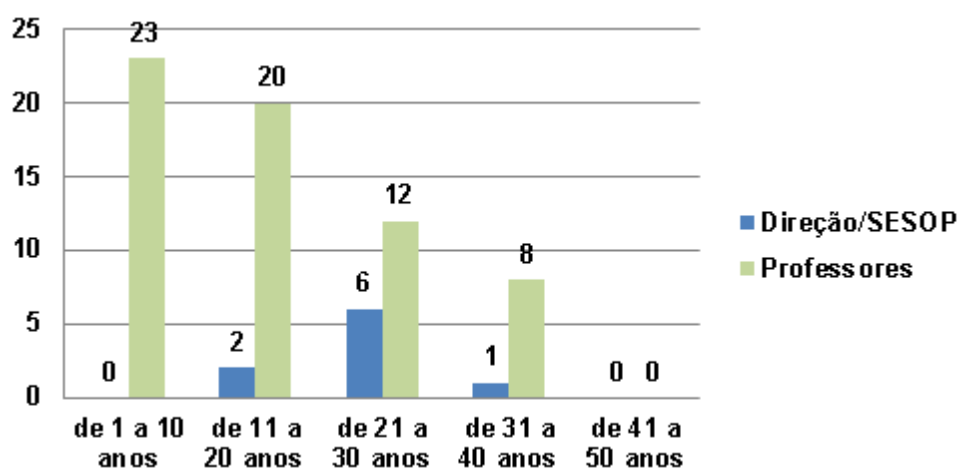
Fonte: A autora (2014).

Como se pode observar no Gráfico 2, a distribuição etária dos alunos mostra-se condizente com a distribuição prevista para série escolar/idade, isto é, os alunos



do 6º Ano do Ensino Fundamental e 1ª Série do Ensino Médio apresentam idades entre 10 e 12 anos e 16 e 18 anos, respectivamente, o que justifica os índices próximos à metade dos respondentes. Possivelmente, os três respondentes que se encontram no intervalo de 13 a 15 anos são alunos do Ensino Médio com idade de 15 anos.

Gráfico 3 – Distribuição dos respondentes Direção/SESOP e Professores, por tempo de experiência profissional

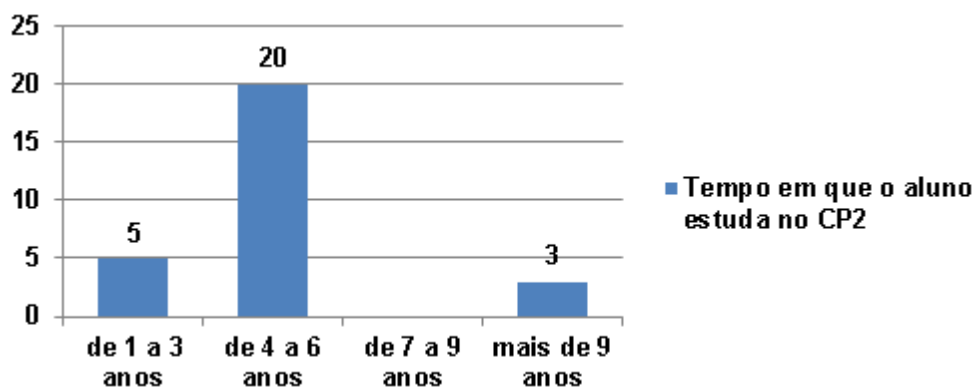


Fonte: A autora (2014).

De acordo com o Gráfico 3, é possível visualizar que 2/3 dos respondentes da Direção/SESOP situam-se no intervalo de 21 a 30 anos de experiência. Este resultado complementa a análise do Gráfico 1 e confirma que se trata de um grupo de pessoas que, além de maduras, são experientes.

No grupo de Professores respondentes, mais de 2/3 apresentam experiência profissional de 1 a 20 anos, sendo que metade deste quantitativo situa-se no intervalo de 1 a 10 anos de experiência profissional. Tal fato pode ser proveniente dos recentes concursos públicos autorizados pelo Ministério da Educação possibilitando a renovação do corpo docente da Instituição. Verifica-se também que 1/3 dos professores encontra-se no intervalo de 21 a 40 anos de experiência profissional, o que indica a presença de um corpo docente experiente.

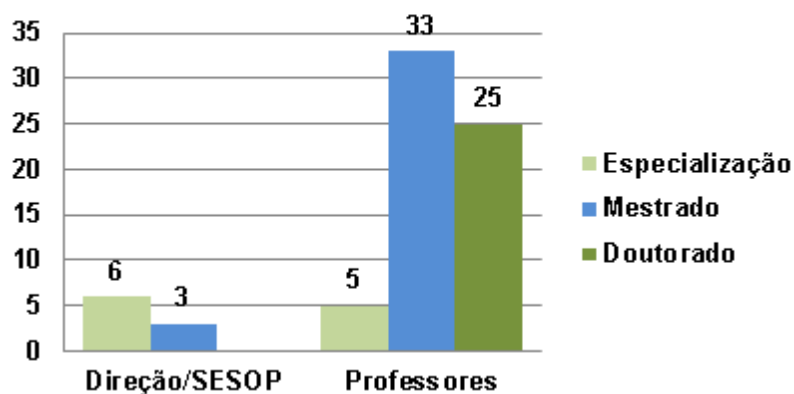
Gráfico 4 – Distribuição do grupo de alunos por tempo em que estuda no Colégio Pedro II



Fonte: A autora (2014).

A partir dos dados do Gráfico 4, pode-se afirmar que a maioria dos respondentes de alunos fez ingresso nas séries iniciais da instituição, devendo ter familiaridade com os procedimentos de Conselho de Classe por já estar na instituição por mais de 4 anos. A inferência quanto a familiaridade dos alunos com o Conselho de Classe provém do trabalho desenvolvido pelo SESOP, com todos os alunos do Colégio, visando a confecção do relatório apresentado no Conselho de Classe.

Gráfico 5 – Distribuição dos grupos de respondentes da Direção/SESOP e Professores, por formação acadêmica



Fonte: A autora (2014).

Quanto ao nível de formação acadêmica, pode-se perceber que 2/3 dos respondentes da Direção/SESOP possuem Especialização enquanto 1/3 possui Mestrado. No grupo dos Professores respondentes, a maioria possui Mestrado e mais de 1/3, Doutorado. Cabe informar que a instituição pratica a política de incentivo à qualificação docente possibilitando o afastamento do professor para cursar Mestrado e/ou Doutorado. Outra questão pertinente a esta conclusão encontra-se na

valorização da titulação do candidato durante a renovação do corpo docente a partir dos concursos de seleção para docentes.

## 4.2 OPINIÃO DOS RESPONDENTES SOBRE AS PRÁTICAS DO CONSELHO DE CLASSE

Apresenta-se a seguir o julgamento dos respondentes da Direção/SESOP, Professores e Alunos Representantes, relacionando-o com as quatro categorias e os indicadores gerados a partir das questões avaliativas do estudo. A quinta categoria relacionada à “Assistência específica ao aluno” relaciona-se apenas com os grupos da Direção/SESOP e Professores. Os dados são apresentados em tabelas, por categoria, uma vez que todos os respondentes fazem parte do Conselho de Classe do Colégio Pedro II como membros efetivos.

Conforme informado nos procedimentos metodológicos, o estudo considerou como ponto de corte para ocorrência de concordância a razão igual ou superior a 2/3 dos respondentes. Visto que cada grupo apresenta um número diferente de respondentes, define-se a ocorrência de respostas de concordância o mínimo igual ou superior a 6 opiniões favoráveis para os representantes da Direção/SESOP, 42 ou mais opiniões favoráveis para os Professores e 18 ou mais opiniões favoráveis para os Alunos.

### 4.2.1 Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem

A reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem proporcionada nas reuniões de Conselho de Classe foi obtida pelos seguintes indicadores: Análise de problemas comuns visando soluções, Autoavaliação dos membros com identificação dos aspectos positivos, Autoavaliação dos membros com identificação dos aspectos negativos a serem reformulados, Análise da problemática da escola, Mudanças das políticas escolares e Continuidade das políticas escolares adotadas.

Tabela 5 – Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem”

Indicadores	Direção/SESOP N=9					Professores N=63					Alunos N=28				
	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT
Análise de problemas comuns visando soluções	-	2	-	6	1	-	7	-	37	19	-	5	3	13	7
Autoavaliação com identificação dos aspectos positivos	2	5	-	2	-	10	17	-	22	14	-	5	-	10	13
Autoavaliação com identificação dos aspectos negativos a serem reformulados	2	2	-	5	-	9	11	-	25	18	-	-	-	11	17
Análise da problemática da escola	-	1	-	6	2	6	2	2	35	18	-	2	2	14	10
Mudanças das políticas escolares	1	3	-	4	1	3	25	3	26	6	-	7	3	15	3
Continuidade das políticas escolares adotadas	-	2	1	6	-	8	16	6	25	8	-	2	4	20	2

Legenda: DT= Discordo Totalmente; DP= Discordo Parcialmente; IN= Indeciso; CP= Concordo Parcialmente; CT= Concordo Totalmente

Fonte: A autora (2014).

No julgamento dos respondentes em relação à categoria “Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem” observou-se elevado índice de concordância com a ocorrência de dois indicadores nos Conselhos de Classe: “Análise de problemas comuns visando soluções” e “Análise da problemática da escola”.

Dos três grupos de respondentes, pode-se afirmar que o grupo de alunos, em sua maioria, indica a ocorrência de concordância em todos os indicadores nos Conselhos de Classe. Embora o grupo de professores não tenha atingido o nível estipulado para a concordância, existe uma tendência de opinião favorável de um quantitativo considerável de respondentes (respectivamente 36, 32 e 31 professores) para os três indicadores: “Autoavaliação com identificação dos aspectos positivos”, “Mudanças das políticas escolares” e “Continuidade das políticas escolares”. Esta opinião também se manifesta no grupo da Direção/SESOP exceto onde se verifica a discordância quanto à realização da “Autoavaliação com indicação dos aspectos positivos”. A fala de um dos professores ilustra essa situação:

“É um espaço privilegiado que cada vez mais se volta para questões burocráticas e se reduz em um fórum de aprovação ou reprovação”.

Para o indicador “Autoavaliação dos membros visando identificar aspectos negativos a serem reformulados”, percebe-se que cinco em nove representantes da Direção/SESOP concordam e 4 discordam que essa prática aconteça nos Conselhos de Classe. O mesmo ocorre com o indicador “Mudança das políticas escolares adotadas”. Um comentário desse grupo ilustra a discordância:

“A avaliação do processo ensino-aprendizagem não acontece no nosso Conselho de Classe, o foco da discussão fica por conta do baixo rendimento do aluno”.

Em outra resposta, evidencia-se a discordância ao indicador “Autoavaliação dos membros visando identificar aspectos negativos”:

“Existe grande dificuldade do corpo docente em reconhecer suas limitações e falhas”.

Quanto à análise da problemática da escola, apesar do alto nível de concordância, um respondente da Direção/SESOP afirma: “A problemática da escola fica de fora na avaliação do Conselho de Classe”.

Analisando as respostas do grupo de Professores, verifica-se uma incidência do padrão “Concordo Parcialmente” possivelmente sinalizando lacunas nos aspectos que compõem a categoria “Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem”, dentro da realização do Conselho de Classe.

Um dos professores comentou: “O foco do Conselho de Classe ainda é o aluno, pouco se discute sobre a escola”. E outro acrescentou: “A avaliação do processo ensino-aprendizagem é feita cada vez menos”. Tais opiniões indicam a discordância dos Professores em que o Conselho de Classe seria um instrumento favorável a mudanças das políticas escolares adotadas.

Em relação à “Autoavaliação dos membros visando identificar aspectos negativos a serem reformulados”, apenas 1/3 dos respondentes discorda da afirmação, enquanto 2/3 concorda. Um comentário parece justificar esse resultado: “Nem todos conseguem reconhecer seus erros”.

Conforme as respostas do grupo de Alunos Representantes, pode-se destacar que também existe uma ocorrência do padrão “Concordo Parcialmente” onde verifica-se a concordância parcial em 2/3 das respostas, com exceção de “Autoavaliação com identificação dos aspectos positivos” e “Autoavaliação com identificação dos aspectos negativos”. O ponto de vista de um aluno clarifica essa posição: “Queremos ver soluções para os problemas levantados no Conselho”.

Cabe notar que o padrão “Discordo Totalmente” não aparece no grupo de alunos para os itens referentes a esta categoria.

#### 4.2.2 Aproveitamento global e individualizado das turmas

O aproveitamento global e individualizado das turmas a ser focalizado nos Conselhos de Classe foi avaliado a partir dos seguintes indicadores: Debate das causas do baixo rendimento da turma, Debate das causas do alto rendimento da turma, Debate das causas do baixo rendimento do aluno e Debate das causas do alto rendimento do aluno.

Tabela 6 – Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Aproveitamento global e individualizado das turmas”

Indicadores	Direção/SESOP N=9					Professores N=63					Alunos N=28				
	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT
Debate das causas do baixo rendimento da turma	-	4	-	3	2	1	12	-	24	26	-	-	3	13	12
Debate das causas do alto rendimento da turma	4	1	1	3	-	16	12	3	19	13	-	7	2	7	12
Debate das causas do baixo rendimento do aluno	-	4	-	3	2	6	3	3	23	28	-	-	-	-	-
Debate das causas do alto rendimento do aluno	4	1	1	3	-	26	14	3	12	8	-	-	-	-	-

Legenda: DT= Discordo Totalmente; DP= Discordo Parcialmente; IN= Indeciso; CP= Concordo Parcialmente; CT= Concordo Totalmente

Fonte: A autora (2014).

Em relação ao fato de o Conselho de Classe do Colégio Pedro II promover o debate sobre o aproveitamento global e individualizado das turmas, os respondentes da Direção/SESOP expressam uma opinião dividida entre concordar com a ocorrência do debate das causas do baixo rendimento da turma e do aluno (5 de 9) e discordar que a discussão das causas do alto rendimento, tanto do aluno quanto da turma, aconteça. Os fragmentos de discurso de um dos participantes exemplificam a discordância:

“No Conselho de Classe são tratados os casos de notas baixas dos alunos não havendo questionamento nenhum sobre as causas”. Outra ponderação:

“...passou a ser um espaço para a constatação do baixo rendimento do aluno sem reflexões sobre as causas disso”.

Para o grupo de professores, a mesma posição dividida se repete sobre a ocorrência dos debates relativos ao alto rendimento, do aluno e da turma. Em relação à ocorrência de debates relativos às causas do baixo rendimento, do aluno e da turma, observa-se um grupo menor discordando. Curiosamente encontra-se a posição de três professores no padrão “Indeciso” quando as discussões se referem ao debate sobre as causas do alto rendimento da turma, e debate sobre o baixo e alto rendimento do aluno.

No grupo de alunos representantes, que só opinaram sobre o debate das causas de baixo e alto rendimento da turma, houve a concentração da maior parte de respostas favoráveis a essa prática do Conselho de Classe.

#### 4.2.3 Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico

A avaliação do Conselho de Classe como local de propostas voltadas para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico foi realizada por intermédio da concordância dos respondentes à ocorrência de sete diferentes indicadores: Autonomia nas deliberações dos resultados das avaliações dos alunos, Responsabilização da equipe escolar, Valorização da equipe escolar, Entrosamento dos professores, Aprimoramento do trabalho pedagógico, Criação de estratégias e Replanejamento do trabalho pedagógico.

Tabela 7 – Julgamento dos respondentes relacionando quanto à categoria “Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico”

Indicadores	Direção/SESOP N=9					Professores N=63					Alunos N=28				
	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT
Autonomia nas deliberações dos resultados das avaliações dos alunos	-	2	2	4	1	9	5	8	25	16	-	-	-	-	-
Responsabilização da equipe escolar	3	3	-	2	1	3	20	6	20	13	2	3	5	10	8
Valorização da equipe escolar	2	2	-	4	1	2	25	8	18	10	2	-	6	10	10
Entrosamento dos professores	-	1	-	3	5	4	9	-	35	15	4	4	9	7	4

(Continua)

(Conclusão)

Indicadores	Direção/SESOP N=9					Professores N=63					Alunos N=28				
	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT
Aprimoramento do trabalho pedagógico	1	3	-	3	2	1	21	1	32	8	2	5	9	6	6
Criação de estratégias	1	-	-	7	1	9	9	4	32	9	-	-	-	-	-
Replanejamento do trabalho pedagógico	2	-	1	4	2	9	21	2	21	10	-	-	-	-	-

Legenda: DT= Discordo Totalmente; DP= Discordo Parcialmente; IN= Indeciso; CP= Concordo Parcialmente; CT= Concordo Totalmente

Fonte: A autora (2014).

Na opinião do grupo da Direção/SESOP, concorrem para o referido aperfeiçoamento o entrosamento dos professores, a criação de estratégias e o replanejamento do trabalho pedagógico. Em dois outros indicadores (Valorização da equipe escolar e Aprimoramento do trabalho pedagógico), percebe-se a ocorrência de menor concordância, enquanto que no indicador “Responsabilização da equipe escolar”, a discordância ultrapassa a concordância. A observação de um respondente do grupo da Direção/SESOP expressa esse julgamento:

“Não ocorre o envolvimento de todos os membros por isso não é um trabalho de equipe”.

Outro depoimento reforça a ausência de responsabilização da equipe: “Cada membro deveria estar ciente de suas responsabilidades para melhor atuar no Conselho”.

Para o grupo de Professores, o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico se manifesta através da autonomia que existe na deliberação dos resultados das avaliações dos alunos e também pelo entrosamento dos professores. Nos seis outros indicadores, os professores têm opinião dividida quanto à concordância, embora o julgamento favorável seja superior ao desfavorável. Dois fragmentos de discurso de professores expressam a discordância:

“Não sinto como um trabalho de equipe é cada um por si”.

E ainda: “Existe uma assimetria nas responsabilidades escolares quando algumas disciplinas se consideram mais determinantes que outras para medir o sucesso escolar”.

O grupo de Alunos Representantes, em sua maior parte, concorda que a responsabilização e a valorização da equipe escolar são responsáveis pelo aperfeiçoamento do trabalho pedagógico. Já no entrosamento dos professores e o



próprio aprimoramento do trabalho pedagógico encontra-se quase 1/3 de indecisos e outros 1/3 com opinião desfavorável. Tal fato pode se dever à falta de conhecimento sobre essas situações.

#### 4.2.4 Avaliação permanente do aluno

Em relação ao julgamento dos respondentes de o Conselho de Classe possibilitar a orientação do professor na avaliação permanente de cada aluno, por meio de informações concretas, observa-se um consenso de opinião favorável nos três indicadores: Apresentação de registros e informações, Apresentação de questões intervenientes e Apresentação de possíveis soluções.

Tabela 8 – Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Avaliação permanente do aluno”

Categoria: Avaliação permanente do aluno	Direção/SESOP N=9					Professores N=63					Alunos N=28				
	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT
Apresentação de registros e informações	-	1	-	3	5	6	7	5	30	15	-	-	-	-	-
Apresentação de questões intervenientes	-	-	-	5	4	-	5	-	39	19	-	-	-	-	-
Apresentação de possíveis soluções	-	2	-	5	2	-	11	-	44	8	2	6	10	5	5

Legenda: DT= Discordo Totalmente; DP= Discordo Parcialmente; IN= Indeciso; CP= Concordo Parcialmente; CT= Concordo Totalmente  
Fonte: A autora (2014).

Em relação aos resultados apresentados na Tabela 8, podem-se notar os mesmos padrões de concordância assinalados pelos grupos da Direção/SESOP e Professores. O mesmo não ocorre com o grupo de Alunos Representantes que opinou exclusivamente sobre a afirmativa de “Apresentação de possíveis soluções” onde se evidencia a ocorrência de 1/3 das respostas no padrão “Indeciso” e 1/3 no padrão de concordância (total/parcial). Tal distribuição de respostas poderia sugerir que os alunos não se sintam aptos a avaliar tal indicador ou não achem que isto acontece. Um aluno expõe sua opinião:

“Os problemas importantes não são levados a sério e o que se combina no Conselho de Classe nem sempre é cumprido” e outro acrescenta: “Os problemas indicados não são resolvidos e muitas vezes não percebemos as soluções acontecerem, ficando tudo igual”.

Os respondentes da Direção/SESOP apresentam a ocorrência de concordância parcial/total onde mais de 2/3 concordam com as afirmativas referentes aos indicadores. Nota-se também a ausência de respostas ao padrão “Indeciso”.

Para o grupo dos Professores, a ocorrência de concordância (parcial/total) para as três afirmativas também se mostra consistente com as respostas de mais de 2/3 dos respondentes.

#### 4.2.5 Assistência específica ao aluno

A assistência específica ao aluno, como prática discutida nos Conselhos de Classe, foi julgada a partir dos seguintes indicadores: Acompanhamento preventivo executado, Indicação do acompanhamento específico e Procedimentos na apresentação da linha de atuação do professor no processo de recuperação do aluno.

Tabela 9 – Julgamento dos respondentes quanto à categoria “Assistência específica ao aluno”

Indicadores	Direção/SESOP N=9					Professores N=63				
	DT	DP	IN	CP	CT	DT	DP	IN	CP	CT
Acompanhamento preventivo executado	1	1	1	6	-	5	19	6	25	8
Indicação do acompanhamento específico	-	-	-	1	8	-	2	-	13	48
Procedimentos no processo de recuperação do aluno	3	2	-	4	-	18	13	4	19	9

Legenda: DT= Discordo Totalmente; DP= Discordo Parcialmente; IN= Indeciso; CP= Concordo Parcialmente; CT= Concordo Totalmente  
Fonte: A autora (2014).

A categoria “Assistência específica ao aluno” é restrita aos grupos de respondentes da Direção/SESOP e Professores uma vez que o grupo de respondentes de Alunos não teria informações necessárias para avaliar as afirmações presentes no instrumento aplicado pelo estudo.

Em relação ao fato de o Conselho de Classe do Colégio Pedro II estabelecer o tipo de assistência específica ao aluno considerado com rendimento abaixo do mínimo esperado, os respondentes opinam de maneira semelhante: percebe-se consenso de opinião favorável tanto dos respondentes da Direção/SESOP como dos Professores em relação ao acompanhamento preventivo executado e indicação do acompanhamento específico. Já em relação aos procedimentos referentes à

apresentação da linha de atuação no processo de recuperação do aluno, os respondentes demonstram uma opinião dividida entre concordar e discordar da ocorrência desses procedimentos.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo destina-se a apresentar as conclusões e sugestões da presente avaliação. A análise realizada possibilitou responder às questões avaliativas.

### 5.1 CONCLUSÕES

Para avaliar se o Conselho de Classe do Colégio Pedro II está condizente com as determinações normativas descritas na Portaria nº1.200 (BRASIL,1996b), que o institui como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, o estudo buscou o julgamento dos membros efetivos. O resultado do julgamento dos respondentes quanto às categorias e indicadores apresenta-se resumido no Quadro 4, que considerou a concordância total ou parcial a cada item.

Quadro 4 – Julgamento favorável dos respondentes quanto aos indicadores, por categoria

Categorias	Indicadores	Respondentes		
		Direção/SESOP	Professores	Alunos
Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem	Análise dos problemas visando soluções	X	X	X
	Autoavaliação com identificação dos aspectos positivos			X
	Autoavaliação com identificação dos aspectos negativos a serem reformulados		X	X
	Análise da problemática da escola	X	X	X
	Mudanças das políticas escolares			X
	Continuidade das políticas escolares adotadas	X		X
Aproveitamento global e individualizado das turmas	Debate das causas do baixo rendimento da turma		X	X
	Debate das causas do alto rendimento da turma			X
	Debate das causas do baixo rendimento do aluno		X	-
	Debate das causas do alto rendimento do aluno			-

(Continua)

(Conclusão)

Categoria	Indicadores	Respondentes		
		Direção/SESOP	Professores	Alunos
Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico	Autonomia nas deliberações dos resultados das avaliações dos alunos			-
	Responsabilização da equipe escolar			X
	Valorização da equipe escolar			X
	Entrosamento dos professores	X	X	
	Aprimoramento do trabalho pedagógico			
	Criação de estratégias	X		-
	Replanejamento do trabalho pedagógico	X		-
Avaliação permanente do aluno	Apresentação de registros e informações	X	X	-
	Apresentação de questões intervenientes	X	X	-
	Apresentação de possíveis soluções	X	X	
Assistência específica ao aluno	Acompanhamento preventivo executado	X		-
	Indicação do acompanhamento específico	X	X	-
	Procedimentos no processo de recuperação do aluno			-

Fonte: A autora (2014).

Nota: Os espaços em branco significam a ausência de respostas favoráveis. Os traços correspondem às questões que não eram pertinentes ao grupo de alunos.

A partir da análise dos dados do Quadro 4, pode-se afirmar que, na opinião da maioria dos respondentes, membros efetivos do Conselho de Classe do Colégio Pedro II, existe concordância em relação a não ocorrência de ações previstas no documento oficial. Neste sentido, pode-se inferir que determinados aspectos encontram-se com deficiências e precariedades, necessitando de ajustes.

Na primeira categoria “Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem” dos seis indicadores apenas dois estão na faixa de concordância acima de 2/3, para os três grupos de respondentes o que indica que a reflexão do processo ensino-aprendizagem não se concretiza plenamente nas reuniões de Conselho de Classe. Os indicadores evidenciaram fragilidades do Conselho de Classe em oportunizar a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem, por meio da avaliação dos alunos,

dos professores e do Colégio como um todo, principalmente no que se refere à autoavaliação com identificação dos aspectos positivos e as mudanças das políticas escolares. Os pontos que deveriam ser melhorados referem-se à autoavaliação dos membros efetivos visando à identificação dos aspectos positivos e a apropriação do Conselho de Classe como instrumento facilitador para mudanças ou continuidade das políticas adotadas.

Na segunda categoria “Aproveitamento global e individualizado das turmas” dos quatro indicadores, nenhum obteve índice de concordância acima de 2/3, simultaneamente para os três grupos de respondentes. Assim, os indicadores evidenciaram vulnerabilidade do Conselho de Classe em debater o aproveitamento global e individualizado das turmas, analisando, especificamente, as causas de baixo e alto rendimento. Torna-se evidente a escassez de debate sobre as causas do alto rendimento do aluno. Os pontos que necessitam ser otimizados referem-se ao debate das causas do alto rendimento, tanto do aluno como da turma.

Em relação à terceira categoria “Aperfeiçoamento do trabalho pedagógico”, verifica-se que, dos sete indicadores, nenhum obteve ocorrência de concordância acima de 2/3, simultaneamente para os três grupos de respondentes. Desse modo, os indicadores revelaram precariedade do Conselho de Classe em propor estratégias para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, por meio da participação efetiva dos diferentes setores envolvidos, em especial no que tange à autonomia nas deliberações dos resultados das avaliações dos alunos e no replanejamento do trabalho pedagógico. Foi a questão avaliativa em que os indicadores sinalizaram maior vulnerabilidade.

Na quarta categoria “Avaliação permanente do aluno,” nota-se que dos três indicadores dois obtiveram ocorrência de concordância acima de 2/3, ao mesmo tempo para os dois grupos de respondentes. Os indicadores sinalizaram que, na opinião dos membros, o Conselho de Classe orienta o professor na avaliação permanente de cada aluno, através de informações concretas. Foram identificados pelo estudo como pontos fortes do Conselho de Classe nessa categoria a apresentação de registros e informações bem como a apresentação de questões intervenientes.

Em referência à quinta categoria “Assistência específica ao aluno”, dos três indicadores observa-se que somente um obteve ocorrência de concordância acima de 2/3 em concomitância para os dois grupos de respondentes. Pode-se concluir que há

premência do Conselho de Classe em estabelecer o tipo de assistência específica ao aluno considerado abaixo de rendimento mínimo esperado. O estudo identificou como ponto forte a indicação de acompanhamento específico desses alunos. Na opinião dos respondentes, torna-se necessário melhorar o acompanhamento preventivo executado e assegurar a apresentação da linha de atuação do professor como procedimento previsto no processo de recuperação do aluno.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES

Com a intenção de fornecer informações necessárias à Reitoria do Colégio Pedro II, a partir da finalidade do Conselho de Classe descrita na Portaria nº1.200/96 em que visa o,

Aprimoramento do trabalho educativo do Colégio, no sentido de conduzir a avaliação como elemento facilitador de uma ação investigadora, reflexiva, coletiva e consensual sobre os processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 1996b, p. 5).

E ainda, considerando a opinião dos membros efetivos respondentes do estudo avaliativo, recomenda-se que:

- 1) estimule-se a discussão sobre avaliação qualitativa dos alunos na escola;
- 2) ocorra um incentivo ao processo de autoavaliação dos membros do Conselho de Classe, principalmente no que diz respeito à identificação dos aspectos positivos;
- 3) verifique-se a apropriação do Conselho de Classe para os membros efetivos ou eventuais como um instrumento facilitador de mudanças das políticas escolares;
- 4) incremente-se o debate das causas do alto rendimento da turma e do aluno, para que, a partir da constatação de êxito escolar, possa-se identificar as variáveis responsáveis pelo baixo rendimento do aluno e da turma;
- 5) intensifique-se os momentos de discussão a respeito da autonomia oportunizada através do Conselho de Classe, para alterar, corrigir e implementar a dinâmica do processo ensino-aprendizagem;
- 6) favoreça-se o aprimoramento do trabalho pedagógico através da efetiva participação dos diferentes setores envolvidos;

7) estimule-se a responsabilização e a valorização da equipe escolar através de campanhas de conscientização visto que o Conselho de Classe caracteriza-se como um trabalho de equipe, em que todos são responsáveis pelo seu êxito;

8) solicite-se com maior eficácia e eficiência a apresentação da linha de atuação do professor, frente ao processo de recuperação do aluno, conforme estabelece a Diretriz de Avaliação do Ensino do Colégio Pedro II.

9) estenda-se o estudo avaliativo do Conselho de Classe a outros Campi do Colégio Pedro II vindo a utilizar este como referência.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. *[Diário Oficial da União]*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nº 5.490, de 3 de setembro de 1968, e nº 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, nº 419, de 10 de janeiro de 1969, e nº 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/2012-leis-ordinarias#content>>. Acesso em: 22 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 70, de 12 de janeiro de 2012. Define as atribuições da seção / setor de Supervisão e Orientação Pedagógica. Rio de Janeiro, nº 339, 12 jun. 2013. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2012/Portaria\\_SESOP\\_70\\_2012.pdf](http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2012/Portaria_SESOP_70_2012.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 115, de 5 de março de 1999. Complementa normas para realização dos Conselhos de Classe. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/1999/Portaria%20n%20115\\_1999.pdf](http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/1999/Portaria%20n%20115_1999.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2013

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 323, de 22 de fevereiro de 2007. Estabelece a Diretriz de Avaliação do Ensino nº 7/ 9394/96 – UE II e III – Ensinos Fundamental e Médio, que regula o processo de ensino-aprendizagem dos alunos desde o 6º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio Regular e Integrado, no ano letivo de 2007, fundamentado no Projeto Político-Pedagógico do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, nº 281, fev. 2007. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2007/Portaria\\_323\\_Diretriz\\_EF\\_EM.pdf](http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2007/Portaria_323_Diretriz_EF_EM.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 820, de 22 de junho de 2004. Altera composição do Conselho de Classe, Rio de Janeiro, nº 248, 25 jun. 2004. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2004/Portaria%20n%20820\\_2004.pdf](http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/2004/Portaria%20n%20820_2004.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 1.200, de 9 de dezembro de 1996. Institui o Conselho de Classe como parte integrante do processo de ensino/aprendizagem no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, n. 158, 17 dez. 1996b. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/1996/Portaria%20n%201200\\_1996.pdf](http://www.cp2.g12.br/UAs/se/portarias/1996/Portaria%20n%201200_1996.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 2.798 de 31 de Março de 2014. Revoga a Portaria nº 454 de 16 de janeiro de 2014 e altera a Portaria nº 323, de 22 de fevereiro de 2007. Rio de Janeiro, nº 365, abr. 2014a. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/mar/portaria2798\\_revoga\\_portaria\\_454.pdf](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/mar/portaria2798_revoga_portaria_454.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Colégio Pedro II*. Portaria nº 3.088 de 15 de Abril de 2014. Altera composição do Conselho de Classe e estabelece os procedimentos para sua realização nos Campi II e III. Rio de Janeiro, nº 366, abr. 2014b. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/abr/portaria\\_composicao\\_conselho\\_classe.pdf](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/abr/portaria_composicao_conselho_classe.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CHIANCA, Thomaz. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. In: CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Ed. Global, 2001.

COLÉGIO PEDRO II. Colégio Pedro II recebe Prêmio de Qualidade total na área de educação. *Histórico*. Rio de Janeiro, 15 mar. 1999. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/ocolegio/historico.htm>>. Acesso em 4 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Projeto Político-Pedagógico*. Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Livro comemorativo dos 170 anos do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Colégio Pedro II se destaca no Enem 2013. *Notícias*. Rio de Janeiro, 30 dez. 2013. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/ultimas\\_publicacoes/143-noticias2014/2317-col%C3%A9gio-pedro-ii-se-destaca-no-enem-2013.html](http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/143-noticias2014/2317-col%C3%A9gio-pedro-ii-se-destaca-no-enem-2013.html)>. Acesso em: 4 jan. 2015.

COSTA, Carmem Luísa Bittencourt de Andrade da. *Avaliação do processo avaliativo escolar no ensino fundamental do Colégio Pedro II*. 91f. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação)-Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2012.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Trabalho escolar e conselho de classe*. Campinas: Papirus, 1992.

ELLIOT, Ligia Gomes; HILDENDRAND, Luci; BERENGER, Mercedes Moreira. Questionário. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para a construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. *"Nós somos a História da Educação":* Identidade institucional e excelência escolar no Colégio Pedro II. Tese. (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GATTI, Angelina Bernadete, BARRETO, Elba Siqueira de Sa. *Professores do Brasil: impasses e desafios.* Brasília, DF: Unesco, 2009.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. *Estatística básica.* 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Teresa Lucia Palmeiro Cysne. *Avaliação do edital de seleção de professores de primeiro segmento do Colégio Pedro II.* 2010. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação)-Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2010.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. *Conselho de classe: burocratização ou participação?.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. (Coleção Educação Prática).

SEGISMUNDO, Fernando. *Colégio Pedro II: tradição e modernidade.* Rio de Janeiro: Unigraf – Ed. E Planejamento, 1987.

SILVA, Christina Marília Teixeira da. Escalas de Mensuração. In: ELLIOT, Lígia Gomes (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para a construção e validação.* Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

VIANNA, Heraldo Marelím. *Avaliação educacional: teoria, planejamento e modelos.* São Paulo: IBRASA, 2000.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas.* São Paulo: Ed. Gente, 2004.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Questionário para Direção/SESOP e Professores

Caro(a) Representante da Direção/SESOP e Professor:

Estou desenvolvendo um estudo sobre o Conselho de Classe do Colégio Pedro II e as determinações normativas descritas na Portaria nº1.200 (BRASIL,1996) como requisito para concluir o Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio.

Assim sendo, solicito que você responda as perguntas desse questionário da forma mais sincera e completa possível, tendo em vista sua experiência nas reuniões de Conselho de Classe. Sua participação será anônima e muito importante para a realização do estudo.

O instrumento é composto por 31 questões. As quatro iniciais referem-se ao levantamento do perfil do respondente. Nas demais questões, peço que sinalize o grau de concordância com cada afirmativa referente à Portaria e ao Conselho de Classe. Utilize a escala abaixo para as respostas:

**CT – Concordo Totalmente**

**CP – Concordo Parcialmente**

**IN – Indeciso**

**DP – Discordo Parcialmente**

**DT – Discordo Totalmente**

Este questionário deverá ser **preenchido e devolvido até dia 5 de Dezembro**, em qualquer turno, na caixa coletora disponível **no SESOP**. Desde já agradeço sua cooperação,

Claudia Dantas  
Novembro de 2014

1.Qual seu sexo?

- Masculino  
 Feminino

2.Qual sua idade?

- de 21 a 30 anos  
 de 31 a 40 anos  
 de 41 a 50 anos  
 de 51 a 60 anos  
 de 61 a 70 anos

3.Quanto tempo de experiência você tem na área pedagógica?

- de 1 a 10 anos  
 de 11 a 20 anos  
 de 21 a 30 anos  
 de 31 a 40 anos  
 de 41 a 50 anos.

4.Qual seu nível mais avançado de formação acadêmica?

- Especialização. Qual/ Quais? \_\_\_\_\_  
 Mestrado . Qual/ Quais? \_\_\_\_\_  
 Doutorado. Qual/ Quais? \_\_\_\_\_

5. Os problemas e as dificuldades comuns aos professores e alunos são analisados na intenção de encontrar soluções para os problemas vivenciados.

CT             CP             IN             DP             DT

6. Durante o Conselho de Classe ocorre a autoavaliação da Direção, SESOP, Professores regentes e alunos representantes visando a identificação dos aspectos positivos do trabalho.

CT             CP             IN             DP             DT

7. Durante a autoavaliação, a Direção, SESOP, Professores regentes e alunos representantes identificam os aspectos que necessitam de reformulação.

CT             CP             IN             DP             DT

8. No Conselho de Classe ocorre a análise dos problemas vivenciados na escola.

CT             CP             IN             DP             DT

9. O Conselho de Classe facilita o surgimento de mudanças nas políticas escolares adotadas.

CT             CP             IN             DP             DT

10. O Conselho de Classe facilita a continuidade das políticas escolares adotadas.

CT             CP             IN             DP             DT

11. Durante o Conselho de Classe ocorre o debate das causas do baixo rendimento da turma como um todo.

CT             CP             IN             DP             DT

12. Durante o Conselho de Classe ocorre o debate das causas do alto rendimento da turma como um todo.

CT             CP             IN             DP             DT

13. Durante o Conselho de Classe são debatidas as causas do baixo rendimento do aluno na turma.

CT             CP             IN             DP             DT

14. Durante o Conselho de Classe são debatidas as causas do alto rendimento do aluno na turma.

CT             CP             IN             DP             DT

15. No Conselho de Classe, as deliberações sobre os resultados das avaliações são autônomas.

CT             CP             IN             DP             DT

16. A dinâmica empregada no Conselho de Classe favorece a responsabilização da equipe escolar no êxito do trabalho pedagógico.

CT             CP             IN             DP             DT

17. O Conselho de Classe favorece valorização da equipe escolar no êxito do trabalho pedagógico.

CT             CP             IN             DP             DT

18. O Conselho de Classe favorece o entrosamento dos professores.

CT             CP             IN             DP             DT

19. Durante o Conselho de Classe ocorre o aprimoramento do trabalho pedagógico através da participação efetiva dos setores envolvidos

CT             CP             IN             DP             DT

20. No Conselho de Classe são criadas estratégias que objetivam à solução dos problemas apresentados.

CT             CP             IN             DP             DT

21. O Conselho de Classe propicia a adequação e o replanejamento do trabalho pedagógico.

CT             CP             IN             DP             DT

22. Durante o Conselho de Classe ocorre a apresentação de registros atualizados.

CT             CP             IN             DP             DT

23. No Conselho de Classe ocorre a apresentação das questões que interferem no trabalho pedagógico.

CT             CP             IN             DP             DT

24. No Conselho de Classe ocorre a apresentação de possíveis soluções para os problemas apresentados.

CT             CP             IN             DP             DT

25. No Conselho de Classe evidencia-se o resultado do acompanhamento preventivo executado.

CT             CP             IN             DP             DT

26. Nas reuniões de Conselho de Classe ocorre a indicação dos casos que necessitam de acompanhamento específico.

CT             CP             IN             DP             DT

27. Durante o Conselho de Classe os professores apresentam a linha de atuação no processo de recuperação do aluno.

CT             CP             IN             DP             DT

---

As questões abaixo dizem respeito às considerações presentes na conclusão da Portaria sobre o Conselho de Classe. Sinta-se à vontade para comentar as afirmativas:

28. “O Conselho de Classe é um procedimento privilegiado da avaliação do processo ensino-aprendizagem”.

29. “O Conselho de Classe é um trabalho de equipe, onde todos os membros são responsáveis pelo seu êxito”

30. “O Conselho de Classe propicia a construção de um acervo de dados indicadores de estratégias a serem utilizadas no replanejamento do trabalho pedagógico”.

31. “O Conselho de Classe contribui para o desenvolvimento do espírito crítico e da atitude de análise e pesquisa da problemática da escola”.

Muito obrigada pela sua colaboração.

## APÊNDICE B – Questionário para os Alunos

Aluno Representante:

Estou desenvolvendo um estudo sobre o Conselho de Classe do Colégio Pedro II. Por isso, solicito que você responda as perguntas desse questionário da forma mais sincera e completa possível. Sua participação será anônima e muito importante para a realização do trabalho.

O instrumento é composto por 17 questões. Responda inicialmente as questões 1, 2 e 3, marcando um **X** na opção adequada. Com base na experiência que possui como aluno representante de turma marque, nas questões seguintes, sua opinião sobre cada afirmativa referente ao Conselho de Classe utilizando a escala abaixo:

**CT – Concordo Totalmente**

**CP – Concordo Parcialmente**

**IN – Indeciso**

**DP – Discordo Parcialmente**

**DT – Discordo Totalmente**

Este questionário deverá ser **preenchido e devolvido até dia 5 de Dezembro**, em qualquer turno, na **caixa coletora disponível no SESOP**. Desde já agradeço sua cooperação,

Claudia Dantas  
Novembro de 2014

---

1. Qual seu sexo?

- Masculino  
 Feminino

2. Qual sua idade?

- de 10 a 12 anos  
 de 13 a 15 anos  
 de 16 a 18 anos

3. Há quanto tempo você estuda no Colégio Pedro II?

- de 1 a 3 anos  
 de 4 a 6 anos  
 de 7 a 9 anos  
 mais de 9 anos

4. Os problemas e as dificuldades comuns aos professores e alunos são analisados na intenção de encontrar soluções para os problemas vivenciados.

- CT       CP       IN       DP       DT

5. Durante o Conselho de Classe ocorre a autoavaliação da Direção, SESOP, Professores e alunos representantes visando a identificação dos aspectos positivos do trabalho.

- CT       CP       IN       DP       DT

6. Durante a autoavaliação, a Direção, SESOP, Professores e alunos representantes identificam os aspectos que necessitam de reformulação.

- CT       CP       IN       DP       DT

7. No Conselho de Classe ocorre a análise dos problemas vivenciados na escola.

- CT       CP       IN       DP       DT



8. O Conselho de Classe facilita o surgimento de mudanças nas políticas escolares adotadas.

CT             CP             IN             DP             DT

9. O Conselho de Classe facilita a continuidade das políticas escolares adotadas.

CT             CP             IN             DP             DT

10. Durante o Conselho de Classe ocorre o debate das causas do baixo rendimento da turma como um todo.

CT             CP             IN             DP             DT

11. Durante o Conselho de Classe ocorre o debate das causas do alto rendimento da turma como um todo.

CT             CP             IN             DP             DT

12. O modo como ocorre o Conselho de Classe favorece em que os professores, alunos, Direção e SESOP se sintam responsáveis pelo êxito do trabalho pedagógico.

CT             CP             IN             DP             DT

13. O modo como ocorre o Conselho de Classe favorece em que os professores, alunos, Direção e SESOP se sintam valorizados no êxito do trabalho pedagógico.

CT             CP             IN             DP             DT

14. O Conselho de Classe favorece o entrosamento dos professores.

CT             CP             IN             DP             DT

15. Durante o Conselho de Classe ocorre o aprimoramento do trabalho pedagógico através da participação efetiva da Direção, Professores, alunos e SESOP.

CT             CP             IN             DP             DT

16. Nas reuniões do Conselho de Classe são criadas estratégias que visam à solução dos problemas apresentados.

CT             CP             IN             DP             DT

17. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre o tema “Conselho de Classe”? Deixe registrado aqui sua opinião a respeito desse tema.

Muito obrigada pela sua colaboração.